

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAMON RAMOS SILVA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:

Lucro Presumido x Simples Nacional, para Micros e Pequenas
Empresas dos Ramos: Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Florianópolis, 2009

RAMON RAMOS SILVA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:

Lucro Presumido x Simples Nacional, para Micros e Pequenas Empresas dos
Ramos: Comércio, Indústria e Prestação de Serviços.

Trabalho de Conclusão do Curso de
Graduação em Ciências Contábeis, do
Centro Sócio-Econômico da Universidade
Federal de Santa Catarina, requisito parcial
à obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Alexandre Zoldan da Veiga,
M.sc.

Florianópolis, 2009

RAMON RAMOS SILVA

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO:

Lucro Presumido x Simples Nacional, para Micros e Pequenas Empresas

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 18 de junho de 2009.

Professora Valdirene Gasparetto, Dra.
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Banca examinadora:

Alexandre Zoldan da Veiga, Msc.
Professor Orientador

Maria Denize Henrique Casagrande, Dra.
Membro

Loreci João Borges, Dr.
Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sei que se consegui chegar até aqui foi porque Ele me deu forças e coragem para prosseguir.

A toda minha família, que durante todos estes anos juntos foram, com certeza, a prova mais verdadeira de que a família é para sempre e que devemos cultivá-la. Em especial a meus pais, Samir Silva e Rosane Neli Ramos Silva, agradeço por todo amor e carinho, por não terem medido esforços em minha educação, sem o qual não chegaria até aqui.

A minha namorada, Giliane T. Silva, pela imensa compreensão e incentivo para a realização deste sonho e por ser pessoa essencial em minha vida.

Ao meu orientador Alexandre Zoldan da Veiga, pelo auxílio, presteza e ensinamentos para a realização desta monografia.

Por fim, a todas as pessoas que passaram pela minha vida e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho.

RESUMO

SILVA, Ramon Ramos. **Planejamento Tributário:** lucro presumido x simples nacional, para micros e pequenas empresas dos ramos: comércio, indústria e prestação de serviços. 2009. 112 f. Trabalho Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o segmento dos micros e pequenas empresas, representam aproximadamente 67% do pessoal ocupado, 25% do produto interno bruto (PIB), 99% dos 6.000.000 de estabelecimentos formais existentes e geram 14.000.000 de empregos. Em pesquisas realizadas pelo SEBRAE no período de 1990 a 1999 um percentual de mais de 55% das empresas que foram constituídas são micro empresas. Porém, mais da metade de todas as MPE abertas a cada ano estarão fechadas no terceiro ano de atividade, sendo a falta de capital de giro e a carga tributária elevada os maiores causadores dessa situação. O planejamento tributário é a atividade que cada vez mais os contribuintes buscam para, de forma preventiva, projetar os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar os ônus tributários, com vistas à redução da carga tributária de forma lícita. Sendo assim, o objetivo deste estudo, é avaliar a aplicabilidade da Lei do Simples Nacional e do Lucro Presumido, como forma de tributação mais econômica, dentro das determinações legais, para as MPE do ramo de comércio, indústria e de serviços constantes em todos os anexos do Simples Nacional, das quais serão criados dados contábeis, tais como: faturamento, tributação imposta, gastos com folha de pagamento, dentre outros. Para atingir este objetivo, inicialmente efetuou-se uma revisão de literatura a fim de compreender melhor os aspectos relacionados ao planejamento tributário para as MPE e quanto à metodologia, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa do tipo descritiva, com abordagem predominantemente de natureza quantitativa. Através da demonstração dos cálculos sobre os valores projetados, chegou-se a conclusão final de que a opção menos onerosa em termos tributários para as empresas em estudo é o Simples Nacional, representando uma economia em 2009 de 47,51% para a empresa Comercial Ltda; 63,22% para a empresa Industrial Ltda; 36,17% para a empresa Serviço I Ltda; 8,03% para a empresa Serviço II Ltda; 25,67 para empresa Serviço III Ltda com o fator "r" maior ou igual que 0,40 e 23,62% quando o fator "r" menor ou igual a 0,40.

Palavras-chave: Micro e Pequenas Empresas. Planejamento Tributário. Simples Nacional. Lucro Presumido.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Comércio (Anexo I).....	44
Quadro 2 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Indústria (Anexo II).....	45
Quadro 3– Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviço I (Anexo III).....	47
Quadro 4 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo IV)	49
Quadro 5 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo V)	52
Quadro 7 – Alíquotas para o cálculo do ISS Normal.	63
Quadro 8 – Valores definidos para determinar o ISS Fixo.	64
Quadro 9 – Valores definidos para determinar o INSS	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faturamento de 2008 e 2009.	70
Tabela 2 – Folha de pagamento de 2008 e 2009.....	71
Tabela 3 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Comercial Ltda.....	72
Tabela 4 – Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 – Comercial Ltda.....	73
Tabela 5 – Total de Tributos pelo Simples Nacional – Comercial Ltda	74
Tabela 6 – Cálculo do IRPJ trimestral para 2009 – Comercial Ltda	75
Tabela 7 – Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Comercial Ltda.....	76
Tabela 8 – Cálculo do PIS e COFINS para 2009 – Comercial Ltda	77
Tabela 9 – Cálculo do ICMS Normal para 2009 – Comercial Ltda	78
Tabela 10 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Comercial Ltda	79
Tabela 11 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Comercial Ltda	80
Tabela 12 – Cálculo do Simples Nacional 2009 – Industrial Ltda.....	81
Tabela 13 – Total de Tributos pelo Simples Nacional – Industrial Ltda.....	82
Tabela 14 – Cálculo do IPI para 2009 – Industrial Ltda.....	83
Tabela 15 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Industrial Ltda	84
Tabela 16 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Industrial Ltda	85
Tabela 17 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Serviço I LTDA.....	86
Tabela 18 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço I LTDA ..	87
Tabela 19 – Cálculo do IRPJ trimestral para 2009 – Serviço I Ltda.	88
Tabela 20 – Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Serviço I Ltda	89
Tabela 21 – Cálculo do ISS para 2009 – Serviço I Ltda.....	90
Tabela 22 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço I Ltda.....	91
Tabela 23 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Serviço I Ltda	92
Tabela 24 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço II Ltda.....	93
Tabela 25 – Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 – Serviço II Ltda	94
Tabela 26 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço II Ltda ...	95
Tabela 27 – Cálculo do ISS para 2009 – Serviço II Ltda.....	96
Tabela 28 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço II Ltda.....	97
Tabela 29 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Serviço II Ltda	98
Tabela 30 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço II Ltda. Fator (r	99
Tabela 31 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço III Ltda. Fator (r	100
Tabela 32 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço III Ltda. Fator (r	101
Tabela 33 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço III Ltda. Fator (r	102
Tabela 34 – Cálculo do ISS para 2009 - Serviço III Ltda.....	103
Tabela 35 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço III Ltda.....	104
Tabela 36 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Serviço III Ltda .	105
Tabela 37 – Comparação das tributações para o ano de 2009.....	106

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABDE	Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento.
Art.	Artigo.
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
CEBRAE	Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa.
CF	Constituição Federal do Brasil.
CGSN	Comitê Gestor do Simples Nacional.
CIDE	Contribuição da Intervenção no Domínio Econômico.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
CRC	Conselho Regional de Contabilidade.
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CTN	Código Tributário Nacional.
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional.
DARF	Documento de Arrecadação da Receita Federal.
EPP	Empresa de Pequeno Porte.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
FPAS	Fundo de Previdência e Assistência Social.
GIL	Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBPT	Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IN	Instrução Normativa.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano.
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

IR	Imposto de Renda.
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto Sobre Serviços.
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos.
ITR	Imposto Territorial Rural.
LC	Lei Complementar.
LMC	Lei Municipal Complementar.
ME	Micro Empresa.
MPE	Micro e Pequenas Empresas.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
RAT	Riscos Ambientais do Trabalho.
SAT	Seguro de Acidente de Trabalho.
SEBRAE	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STN	Sistema Tributário Nacional.
TIPI	Tabela de Incidência do IPI.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Tema e problema	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo Geral	13
1.2.2 Objetivos Específicos	13
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Metodologia.....	15
1.5 Limitação da Pesquisa	17
1.6 Organização do Trabalho.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 Micro e Pequenas Empresas no Brasil	18
2.2 Planejamento Tributário	20
2.3 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal.....	21
2.3.1 Elisão Fiscal	21
2.3.2 Evasão Fiscal.....	22
2.4 Sistema Tributário Nacional	24
2.5 Tributos	25
2.5.1 Classificação dos Tributos	26
2.5.1.1 Impostos.....	27
2.5.1.2 Contribuições Sociais.....	28
2.5.1.3 Taxas	28
2.5.1.4 Contribuições de Melhoria.....	29
2.5.1.5 Empréstimos Compulsórios	29
2.6 Elementos Fundamentais do Tributo.....	30
2.6.1 Hipótese de incidência	30
2.6.2 Fato Gerador.....	31
2.6.3 Contribuinte Responsável	31
2.6.4 Base de Cálculo	32
2.6.5 Alíquota	32
2.7 Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC nº. 123/2006)	33
2.8 Simples Nacional.....	34
2.8.1 Opção.....	35
2.8.2 Abrangência	37
2.8.2.1 Contribuição Previdenciária	38
2.8.3 Vedações a opção.....	39
2.8.4 Alíquotas de Recolhimento	42
2.8.4.1 Comércio (anexo I)	43
2.8.4.2 Indústria (anexo II)	44
2.8.4.3 Serviços prestados I (anexo III).....	45
2.8.4.4 Serviços prestados II (anexo IV)	48
2.8.4.5 Serviços prestados III (anexo V)	49
2.8.5 Excesso de Receitas.....	52
2.8.6 Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS.....	54
2.8.7 Recolhimento do Simples Nacional.....	54

2.8.8 Exclusão do Simples Nacional	55
2.9 LUCRO PRESUMIDO	58
2.9.1 Opção.....	58
2.9.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica.....	59
2.9.3 Contribuição Social	61
2.9.4 PIS e COFINS	62
2.9.5 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	63
2.9.6 ICMS	65
2.9.7 IPI.....	66
2.9.8 Previdência Social.....	68
2.9.9 FGTS.....	69
3 ESTUDO DE CASO	70
3.1 COMERCIAL LTDA (ANEXO I)	71
3.1.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009	72
3.1.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009.....	74
3.2 INDUSTRIAL LTDA (ANEXO II)	80
3.2.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009	81
3.2.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009.....	83
3.3 SERVIÇO I LTDA (ANEXO III)	85
3.3.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009	86
3.3.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009.....	88
3.4 SERVIÇO II LTDA (ANEXO IV).....	92
3.4.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009	93
3.4.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009.....	96
3.5 SERVIÇO III LTDA (ANEXO V).....	98
3.5.1 Situação A Cálculos pelo Simples Nacional. Fator ($r \geq 0,40$)	99
3.5.1 Situação B Cálculos pelo Simples Nacional. Fator ($r \leq 0,40$)	101
3.5.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009.....	103
3.6 COMPARAÇÃO ENTRE LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL	105
4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	108

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o segmento das micros e pequenas empresas (MPE) têm fundamental importância no ambiente econômico, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), representa aproximadamente 67% (sessenta e sete por cento) do pessoal ocupado, 25% (vinte e cinco por cento) do produto interno bruto (PIB), 99% (noventa e nove por cento) dos 6.000.000 (seis milhões) de estabelecimentos formais existentes e geram 14.000.000 (catorze milhões) de empregos. Em pesquisas realizadas pelo Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) no período de 1990 a 1999 um percentual de mais de 55% (cinquenta e cinco por cento) das empresas que foram constituídas são micro empresas. Porém, mais da metade de todas as MPE abertas a cada ano estarão fechadas no terceiro ano de atividade, sendo a falta de capital de giro e a carga tributária elevada os maiores causadores dessa situação.

O grande número de tributos que existem no Brasil instituídos pelo poder público levam os profissionais da contabilidade a se preocuparem, cada vez mais, com a necessidade do planejamento dos tributos, em especial das MPE, tendo a intenção de apresentar a opção mais vantajosa e garantir assim a continuidade e competitividade dessas empresas.

Nas MPE há uma discussão sobre a necessidade de implementação na administração, devido principalmente, as altas taxas de mortalidade dessas empresas com elevadas dívidas fiscais. Com isso, verificou-se a necessidade de um planejamento tributário para auxiliar as MPE, visando otimizar os recursos disponíveis e diminuir os desembolsos com o pagamento de tributos.

Observa-se que no Brasil os profissionais que atuam na área contábil desde que, não haja impedimento procuram optar pelo enquadramento no Simples Nacional para as empresas dos seus clientes. No entanto, não são todos os casos em que essa modalidade fiscal irá diminuir a carga de tributos.

Sem o planejamento tributário as empresas se deparam com uma carga de tributos para o qual não tem capacidade financeira, diante deste fato as empresas estão buscando formas de reduzir a carga tributária oriunda de um sistema tributário que onera pesadamente e afeta seu lucro e, conseqüentemente sua continuidade no

mercado.

Assim, no presente estudo, serão analisados alguns dos sistemas tributários permitidos em lei, são eles: o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições da Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) e o Lucro Presumido, que são amplamente utilizados pelas MPE no Brasil.

1.1 Tema e problema

As MPE enfrentam dificuldades financeiras devido à carga tributária imposta pelo governo. Na tentativa de continuarem no mercado, faz-se necessário a busca de alternativas que contribuam para sua sobrevivência, e, o planejamento tributário é a atividade que cada vez mais os contribuintes buscam para, de forma preventiva, projetar os atos e fatos administrativos com a finalidade de informar os ônus tributários envolvidos em cada opção, com vistas à redução da carga tributária de forma lícita.

É possível fazer do recolhimento de tributos uma ferramenta de administração no planejamento a longo prazo, chegando-se a um saldo menor de tributos a pagar ao final do período. Um custo menor com tributos representa uma margem de lucro maior, resultando num produto mais barato para o mercado, ou seja, mais competitividade.

A escolha desse tema está baseado no que acontece na prática em termos de recolhimento de tributos, números, tipos de obrigações acessórias e possibilidade ou não de incentivos fiscais dentro de um período. O objetivo do planejamento tributário, em última análise, é a economia tributária, analisando as várias opções legais, o contribuinte procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal, ou seja, em síntese, o planejamento tributário busca a economia de tributos, sugerindo a escolha da opção legal menos onerosa.

Sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 14/12/2006, a Lei Geral das MPE prevê tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às empresas do segmento, tendo como objetivo promover a competitividade das ME e EPP brasileiras.

Mostrar ao proprietário da organização sobre o sistema de tributação que menos onere a empresa em termos de gastos com tributos será o objetivo desse estudo, buscando a redução no recolhimento de tributos federais.

O tema a ser desenvolvido nesta monografia mostrará como a contabilidade nas MPE pode servir de instrumento de decisão no que diz respeito ao planejamento tributário, principalmente para, decidir por qual modalidade de tributação trará uma melhor elisão fiscal, visando sempre, o menor impacto no fluxo de caixa e permitindo assim a continuidade da empresa.

Desta forma, a partir de um estudo da Lei do Simples Nacional e do Lucro Presumido, frente às empresas do ramo de comércio, indústria e também de serviços constantes em cada um dos seus anexos, surge a seguinte questão: Qual dos modelos de tributação, Simples Nacional ou Lucro Presumido, permitiriam a essas empresas recolherem menos tributos no ano-calendário de 2009?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar e demonstrar a aplicabilidade da Lei do Simples Nacional e do Lucro Presumido, com vistas identificar a forma de tributação mais econômica, dentro das determinações legais, para as MPE do ramo de comércio, indústria e de serviços constantes em todos os anexos do Simples Nacional.

1.2.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral têm-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Desenvolver um estudo sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e sua aplicabilidade;
- b) Demonstrar as formas de tributação pelo Simples Nacional e Lucro Presumido;

- c) Identificar, frente aos enquadramentos do Lucro Presumido e Simples Nacional aquele que minimizará as incidências de impostos e em consequência trará melhores resultados econômicos;
- d) Verificar quais atividades entre o ramo de comércio, indústria e serviços constantes nos anexos da Lei do Simples Nacional, existem benefícios reais no enquadramento no Simples Nacional e Lucro Presumido, possibilitando aos empresários a opção do enquadramento mais econômico à empresa.

1.3 Justificativa

A opção pela forma de tributação mais econômica, gera preocupação por parte, tanto dos empresários, quanto dos contadores, pois não se sabe na prática, qual gera um aumento ou redução na carga tributária.

O planejamento tributário envolve assim, a seleção de alternativas oferecidas pela lei de forma intencional ou não. Existem lacunas em nossa lei que podem e devem ser exploradas pelo contribuinte, afim de alcançar seu objetivo, redução da carga tributária, mas, no entanto, o planejamento tributário não se resume só a isso. Ele tem em foco casos em que a legislação prevê a possibilidade de escolha entre regimes de tributação que podem levar a uma carga tributária menor.

Filho (2005, p. 644) afirma que “planejamento tributário ou elisão fiscal envolve a escolha, entre alternativas igualmente válidas, de situações fáticas ou jurídicas que visem reduzir ou eliminar ônus tributários, sempre que isso for possível nos limites da ordem jurídica”.

Assim, fica claro que, tratando-se de elisão fiscal, o que se tem em mente, por parte do contribuinte, não é a lesão aos cofres públicos, mas uma forma de, mesmo recolhendo os tributos, fazê-lo sem que isso lhe traga prejuízo ou que venha a tornar o seu produto incompatível com os preços praticados no mercado.

Este trabalho monográfico visa desenvolver uma breve contextualização sobre a aplicabilidade do regime de tributação, Simples Nacional e Lucro Presumido, com vistas à diminuição dos encargos e dos tributos que podem refletir diretamente no resultado das empresas.

Assim, com o desenvolvimento de uma pesquisa sobre a Lei nº. 9.718/98 alterada pela Lei nº. 10.637/2002 do Lucro Presumido e a Lei Complementar nº. 123/2006 que instituiu o Regime Especial de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas MPE, o Simples Nacional, busca-se analisar a influência que o mais vantajoso enquadramento tributário pode representar na gestão empresarial.

Nesse sentido, a presente pesquisa visa comparar resultados obtidos no Simples Nacional com os resultados obtidos no Lucro Presumido, afim de apresentar à empresa a forma de tributação menos onerosa, e conseqüentemente, mais lucrativa. E, contribuindo assim, tanto na geração de economias tributárias para as empresas investigadas, quanto, no aprofundamento técnico e profissional dos envolvidos no estudo.

1.4 Metodologia

Um trabalho monográfico é uma pesquisa científica que proporciona respostas para problemas através dos recursos metodológicos utilizados.

Segundo Martins e Lintz (2000, p. 21) “a monografia é um documento técnico-científico, que, por ser escrito, expõe a reconstrução racional e lógica de um único tema”.

Conforme Beuren (2004) nessa parte do trabalho deve-se determinar as suas tipologias, elas são analisadas quanto: aos objetivos, que podem ser de pesquisa exploratória, descritiva ou explicativa; aos procedimentos, como o estudo de caso, levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa experimental, pesquisa documental ou pesquisa participante; e quanto à abordagem do problema, deverá poderá ser pesquisa qualitativa ou quantitativa.

A metodologia por sua vez, consiste nos caminhos a serem seguidos para alcançar os objetivos. Segundo Fachin (1993, p. 36-37).

Todo trabalho científico deve ser apoiado em procedimentos metodológicos, que conduzem a operações denominadas conhecer, agir e fazer. Tais operações são desempenhadas pelo ser humano, afim de desenvolver adequadamente o estudo. [...]. No

desenvolvimento de um estudo, um elenco de procedimentos coerentes e especiais deve ser empregado, até chegar à demonstração do resultado desejado.

Para tal, é imprescindível correlacionar a pesquisa com o universo teórico, optando-se por um modelo que sirva de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados. Dessa forma, para produzir esta monografia e alcançar os objetivos propostos, o conjunto de técnicas a ser utilizado baseia-se na pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002, p. 45) “tem como objetivo primordial à descrição de determinadas características de determinada população ou fenômeno”. O autor salienta que a utilização de técnicas padronizadas para a coleta de dados é uma de suas características mais marcantes.

A partir da coleta de dados, a abordagem dada a este estudo é de natureza quantitativa, visando apurar os dados de forma a compará-los frente à situação atual e projetada. Para Richardson (1999, p. 70), a pesquisa quantitativa:

caracteriza-se pelo emprego de qualificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde a mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficientes de correlação, análise de regressão etc.

Partindo-se das orientações de pesquisa descritiva e quantitativa, decidiu-se realizar um estudo de caso, que se caracteriza, conforme Gil (2002), como uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

O estudo proposto consiste na comparação fiscal e análise entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido. Para as comparações serão utilizadas empresas constantes em nos os anexos I, II, III, IV, V da Lei do Simples Nacional, das quais serão simulado dados contábeis, tais como: faturamento, tributação imposta, gastos com folha de pagamento, dentre outros.

Dessa forma, esta pesquisa consiste em uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa, desenvolvida por meio de um estudo de caso.

1.5 Limitação da Pesquisa

Os estudos abordados nesta pesquisa limitam-se a comparação entre a tributação do Lucro Presumido e do Simples Nacional para uma empresa do ramo de comércio, indústria e serviços constantes nos anexos da Lei do Simples Nacional. Por se tratar de um estudo multicase, as conclusões dele resultantes, têm sua validade limitada ao aspecto estudado. A atual pesquisa leva em conta um faturamento médio de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mensais, limite de faturamento para as EPP.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) será considerado a alíquota do Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina a qual está regulamentado pelo Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003.

A pesquisa também sofre limitações da constante alteração das Leis tributárias no Brasil, não podendo assim, ter uma eficácia ao longo dos anos, salvo em caso de atualização tributária. Sendo que, esta pesquisa considerou a legislação vigente até a data de 31/12/2008.

1.6 Organização do Trabalho

Com o objetivo principal de clareza e coesão das informações apresentadas na pesquisa, busca-se apresentar os assuntos de forma a dividir em quatro grupos de informações.

No primeiro capítulo é apresentada uma introdução abordando o tema e problema, o objetivo geral, os objetivos específicos, sua justificativa e a metodologia de pesquisa abordada.

Posteriormente, contempla a revisão bibliográfica sobre o tema pesquisado, incluindo a Lei nº 123/2006 do Simples Nacional e a legislação do Lucro Presumido.

O terceiro capítulo é o estudo de caso, onde realizou-se uma simulação de dados das empresas em estudo, para comparação entre o Lucro Presumido e o Simples Nacional.

E por fim, no quarto capítulo apresentam-se as conclusões e recomendações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o passar dos anos a carga tributária no Brasil cresceu 259,63% segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e a Associação Brasileira de Defesa do Contribuinte (ABDC), que concluíram o levantamento da arrecadação tributária Federal, Estaduais e Municipais.

No Brasil, existem no âmbito federal, atualmente, quatro formas jurídicas de tributar, são elas: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e o Simples Nacional, cada uma delas com suas particularidades. Aos empresários cabe definir qual a forma de tributação onde sua empresa vai alcançar uma maior elisão fiscal. Cabe salientar que cada uma das formas apresenta características próprias, as quais, talvez não sejam interessantes para determinados ramos de atividade, mas o sejam para outros, ou não sejam permitidas pela legislação para determinadas atividades. Com exceção do Lucro Arbitrado que, de maneira geral é aplicado coercitiva e punitivamente pelo fisco. (SEBRAE).

Daí a importância de um planejamento fiscal, pois ao se submeter a um planejamento, a empresa terá as informações necessárias para tomar decisões acertadas em relação à forma de tributação, afim de diminuir o valor despendido em tributos e mantendo-se estritamente dentro dos parâmetros legais.

No caso específico de pesquisa tributária em uma ME ou EPP é conveniente analisar-se os regimes de tributação Lucro Presumido e o Simples Nacional, atualmente amplamente utilizados pela grande maioria dessas empresas. Por isso, neste trabalho, abordam-se, duas formas tributárias, que são os objetos desse estudo, o Lucro Presumido e o Simples Nacional.

2.1 Micro e Pequenas Empresas no Brasil

A microempresa é fruto de uma política de desburocratização, iniciada em 1979, para agilizar o funcionamento dos pequenos organismos empresariais. Considera-se microempresa, para fins de enquadramento no Simples, nos termos da

Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, a pessoa jurídica e a firma individual que tiverem receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Já as EPP, são aquelas que possuem receita bruta anual maior que R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Caso a entidade tenha começado suas atividades no transcorrer do ano comercial, as ME são consideradas aquelas que faturam mensalmente o valor menor ou igual a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). E as EPP, aquelas que tem faturamento maiores que R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e menores ou iguais a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) mensais.

Em julho de 1972 foi fundada uma associação civil, sem fins lucrativos, que teve como sócios fundadores o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e a Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), cujo objetivo social consistia na prestação de serviços de organização empresarial em todos os seus aspectos, e tinha a finalidade de adotar um sistema de assistência à pequena e média empresa. Essa entidade recebeu o nome de Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa - CEBRAE.

Mais tarde a Lei nº. 8.029/90, no seu artigo 8º, desvinculou da Administração Pública Federal, o CEBRAE, mediante sua transformação em serviço social autônomo, criando assim o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O SEBRAE é uma instituição técnica de apoio ao desenvolvimento da atividade empresarial de pequeno porte, voltada para o fomento e difusão de programas e projetos que visam à promoção e ao fortalecimento das micro e pequenas empresas. Seu propósito é trabalhar de forma estratégica, inovadora e pragmática para fazer com que o universo dos pequenos negócios no Brasil tenha as melhores condições para uma evolução sustentável, contribuindo assim para o desenvolvimento do país como um todo e que permanece em atividade até hoje.

Segundo pesquisas realizadas anualmente pelo SEBRAE, aproximadamente 70% das Micro e Pequenas Empresas (MPE) encerram suas atividades com um pouco mais de um ano de exercício social. Algumas conseguem prolongar seu ciclo de vida, desempenhando o seu papel na vida econômica e social como geradoras de empregos e produtos que representam à riqueza de uma nação.

2.2 Planejamento Tributário

Como esse trabalho realiza um estudo multicasos, comparando dois sistemas de tributação, faz-se necessário saber inicialmente o que é Planejamento Tributário.

Concordando com Oliveira e Chieregato (2005, p. 38), Planejamento Tributário é um estudo destinado a fazer com que as entidades reduzam suas cargas tributárias de maneira lícita. E, para isso, é necessário ter um aprofundamento na legislação tributária pertinente a cada cultura empresarial e, principalmente, dos sistemas de tributação existentes.

É sabido que os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos e/ou despesas das empresas, senão a maior. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário.

Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), do lucro da empresa, aproximadamente 30% (trinta por cento) vai para o governo. Do somatório dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Assim, é imprescindível a adoção de um sistema de economia legal.

Conforme Campos (1987, p. 127), três são as finalidades do planejamento tributário:

- 1) Evitar a incidência do fato gerador do tributo.
- 2) Reduzir o montante do tributo, sua alíquota ou reduzir a base de cálculo do tributo.
- 3) Retardar o pagamento do tributo, postergando (adiando) o seu pagamento, sem a ocorrência da multa.

Segundo Campos (1987) estes procedimentos são adotados afim de evitar a incidência do fato gerador, reduzir a base de cálculo do tributo, e retardar o pagamento do mesmo sem a incidência de juros e multa.

O caráter preventivo do planejamento tributário decorre do fato de não ser permitido escolher alternativas senão antes de se concretizar a situação. Após a concretização dos fatos, via de regra, somente se apresentam duas alternativas para o sujeito passivo da relação jurídico-tributária: pagar ou não pagar o tributo decorrente da previsão legal descrita como fato gerador. A alternativa de não pagar se caracterizará como prática ilícita, sujeitando-se a empresa à ação punitiva do Estado, caso este venha a tomar conhecimento de tal prática.

Então, considerando o exposto acima, pode-se dizer que o planejamento tributário consiste em um estudo antecipado dos acontecimentos, para a adoção dos melhores procedimentos administrativos e legais, afim de reduzir e evitar a carga tributária.

Frente as diversas formas de tributação existentes no Brasil e tendo ciência que cada uma delas, dependendo da atividade e cultura da empresa, possuem aspectos que podem justificar sua escolha, com exceção apenas para o Lucro Arbitrado, que geralmente é imposto pela União às empresas que possuem não-conformidades com a legislação. Sendo assim, o planejamento tributário é uma atividade empresarial que permite ao administrador uma análise do ônus tributário o qual ele irá desembolsar dependendo da forma de tributação que ele se enquadrar. É portanto, preparar a empresa para o que está por vir, e buscar sempre a melhor alternativa tributária para a mesma.

2.3 Elisão Fiscal e Evasão Fiscal

Nos últimos anos, tem sido presenciada no Brasil uma voracidade fiscal nunca antes vista, revestida em duas roupagens distintas, de um lado o governo e do outro o contribuinte. Para se produzir um planejamento tributário torna-se necessário, saber distinguir os significados de evasão fiscal e elisão fiscal, pois a fronteira que separa um do outro é muito tênue.

2.3.1 Elisão Fiscal

Elisão fiscal configura-se num planejamento que utiliza métodos legais para diminuir o peso da carga tributária num determinado orçamento.

Para tanto, deve-se pesquisar, antes de cada operação, suas consequências econômicas e jurídicas, porque uma vez concretizada, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos surgindo assim a obrigação tributária conforme o art. 116 do CTN (Lei nº. 5.172/66).

A prática de atos lícitos com o objetivo de evitar a concretização do fato impositivo é o que tecnicamente se denomina elisão fiscal, assim ensina Latorraca (2000, p. 20-21).

Há duas espécies de elisão fiscal: Aquela decorrente da própria lei e; a que resulta de lacunas e brechas existentes na própria lei. No caso de elisão decorrente da lei, o próprio dispositivo legal permite ou até mesmo induz a economia de tributos. Já a segunda espécie, contempla a hipóteses que o contribuinte opta por configurar seus negócios de tal forma que se enquadre com um menor ônus tributário, utilizando-se de elementos que a lei não proíbe ou que possibilitem evitar o fato gerador de determinado tributo com elementos da própria lei.

Portanto, deve-se estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis ao caso ou a existência de lacunas na lei, que possibilitem realizar essa operação da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei.

Existe uma vontade clara e consciente do legislador de proporcionar ao contribuinte, determinados benefícios fiscais. Os incentivos fiscais são exemplos típicos de elisão induzida por lei, uma vez que o próprio texto legal dá aos seus destinatários determinados benefícios.

Assim, a economia tributária, se resultante da adoção de uma alternativa legal, menos gravosa, ou de lacuna da lei, denomina-se elisão fiscal.

2.3.2 Evasão Fiscal

A evasão fiscal ou sonegação, como é comumente conhecida, é um problema tão antigo quanto os impostos em si. Sua ocorrência traz fortes implicações para o funcionamento do sistema tributário e da economia como um todo. Além de ser um dos principais problemas que as administrações tributárias enfrentam, tal fenômeno afeta a eficiência econômica, reduz a equidade tributária e compromete as ações de política econômico-tributária.

É o uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de taxas, impostos e outros tributos. Está prevista e capitulada na Lei nº 8.137/90 que trata dos crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. A citada lei define que

constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo mediante as condutas discriminadas no seu texto, das quais podemos ressaltar as seguintes:

- Omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
- Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
- Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo a operação tributável;
- Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;
- Utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública;
- Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributo.

Posteriormente, a Lei nº 9.249/95 dispôs em seu art .34:

Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729 de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

A lei nº 9.430/96, determinou em seu artigo 83, que a representação fiscal para fins penais, relativa aos crimes contra a ordem tributária, só será encaminhada ao Ministério Público após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito tributário correspondente.

O crime de sonegação fiscal cabe as pessoas que tem a intenção de fraudar ou esconder a verdade, falsificando ou adulterando documentos e informações prestadas. Tem-se, pois, que a fraude não é ato lícito, pois o contribuinte age deliberadamente contra os ditames legais com o objetivo de fugir do ônus tributário, mediante distorção abusiva das formas jurídicas ou pelo ato simulado, assim não é instrumento de planejamento tributário, dado que para haver a legítima economia de tributos, faz-se necessário que o contribuinte adote um procedimento permitido pela

legislação pertinente, que evite a ocorrência do fato gerador ou adote uma alternativa também legal para reduzir a carga tributária.

O conceito de evasão fornece um critério objetivo que permite diferenciá-lo da elisão: ambas representam “não pagamento de tributo”; mas, a primeira ocorre após a incidência da norma impositiva, ou fato gerador, enquanto a segunda ocorre antes. Pela primeira furta-se o pagamento, já que tendo a lei atuado, nasceu a obrigação tributária; pela segunda, evita-se o pagamento, impedindo a incidência da lei. Assim definiu-se ilicitude da primeira e a licitude da segunda nascida da obrigação tributária.

2.4 Sistema Tributário Nacional

O Sistema Tributário Nacional (STN) é estabelecido nas disposições contidas nos artigos 145 a 162 da CF, constantes sob este título, não obstante existirem outros comandos constitucionais referentes a tributos, como por exemplo, o art. 195. Tais disposições tratam dos aspectos estruturais básicos do nosso ordenamento jurídico-tributário, contendo regras que devem ser seguidas pelos legisladores infraconstitucionais, bem como por parte da administração tributária e do Poder Judiciário no exercício de suas respectivas funções.

O STN é um conjunto de princípios e de normas unificadas em torno da idéia de tributo, ele engloba hoje diversos impostos e contribuições, além de obrigações acessórias.

Segundo Harada (2006, p. 324), “esse sistema pressupõe um conjunto de elementos, organizados de forma harmônica, formando um todo uniforme através de princípios que presidem o agrupamento desses elementos”.

Dessa forma, segundo ainda Harada (2006) o STN nada mais é que a aplicação direta do que é a CF, aplicando de forma direta as leis e os princípios constitucionais por ela estabelecidas, mas não esquecendo que os estados e os municípios podem instituir suas próprias leis, desde que obedeça-se a hierarquia e as normas.

A competência tributária pode ser conceituada como a aptidão da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para criar tributos. A competência abrange

amplos poderes sobre as decisões relativas aos tributos do ente estatal, apesar de existirem limitações a tal competência no próprio texto da CF. A CF não cria tributos, isto é matéria de lei ordinária ou complementar, conforme o caso, ela apenas outorga competência para que os entes estatais criem os seus tributos.

Em relação à competência tributária, devemos ainda atentar para o fato de que as taxas e as contribuições de melhoria podem ser criadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, pois não há qualquer limitação no texto constitucional. Não existe uma relação das taxas e contribuições de melhoria que podem ser instituídas. A Constituição determina apenas algumas características de tais tributos, tais como os seus fatos geradores (art. 145, alínea II para as taxas e alínea III para as contribuições de melhoria). No seu art. 145, a CF dispõe sobre os tributos que poderão ser criados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

De forma a regular o STN existente, em 1966 foi criado o Código Tributário Nacional (CTN) sob a Lei nº. 5.172/66. Nele se encontram as definições e particularidades da legislação tributária, tributos, sua incidência, alíquotas, entre outros. Diante disto, cabe fundamentar aqui algumas descrições existentes no código, em virtude de que é o CTN que define o STN.

2.5 Tributos

O conceito de tributo que está previsto no Código Tributário Nacional: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, paga em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

Para que o Estado possa cumprir seu papel primordial de prestar serviços que atendam às necessidades públicas é necessário obter recursos financeiros, provenientes, em sua maioria, dos tributos arrecadados. Esses recursos são obtidos por meio do pagamento dos tributos pelas pessoas e são transformados em bens e serviços tais como: educação, saúde, segurança pública, habitação, creches, estradas, saneamento básico, dentre outros.

2.5.1 Classificação dos Tributos

De acordo com a CF/88 em seu artigo 145, os tributos são classificados em: impostos, taxas, e contribuição de melhoria. No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) acresceu a eles duas subdivisões: o empréstimo compulsório no artigo 148 da CF/88 e as contribuições denominadas de “Parafiscais” ou “Especiais”, constantes do artigo 149 e 149-A, onde se incluem as Contribuições Sociais, as Contribuições Previdenciárias, as Contribuições da Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e as contribuições de interesse das categorias profissionais.

Os Tributos podem ser classificados em:

- Diretos: é quando numa só pessoa reúnem-se as condições de contribuinte (aquele que é responsável pelo cumprimento de todas as obrigações tributárias previstas na legislação). Exemplo: Imposto de Renda por declaração.
- Indiretos: é quando na relação jurídico-tributária que se estabelece entre o Estado e o sujeito passivo, este paga o tributo correspondente e se ressarce cobrando de terceiro através da inclusão do imposto no preço. Exemplos: IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e ICMS.
- Reais: são aqueles que não levam em consideração as condições do contribuinte, indicando igualmente a todas as pessoas. Exemplo: IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano).
- Pessoais: são aqueles que estabelecem diferenças tributárias em função das condições próprias do contribuinte. Exemplo: Imposto de Renda das Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas.
- Proporcionais: são caracterizados quando os impostos são estabelecidos em percentagem única incidente sobre o valor da matéria tributável. Exemplo: ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos).
- Progressivos: são os impostos cujas alíquotas são fixadas em percentagens variáveis e crescentes. Exemplo: Imposto de Renda Pessoa Física.

- Fijos: é quando o valor do imposto é determinado em garantia certa, independentemente de cálculo. Exemplo: ISS (Imposto Sobre Serviços) enquadramento por estimativa anual.
- Fiscais: criado para arrecadar recursos a pessoa jurídica de direito público interno, para que possa cobrir seus gastos. Exemplo: Imposto de Renda.
- Parafiscais: contribuição cobrada por autarquia, órgãos paraestatais, profissionais ou sociais, para custear seu financiamento autônomo. Exemplo: taxa anual do CRC (Conselho Regional de Contabilidade), CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), etc.
- Extrafiscais: quando não visa só a arrecadação, mas também, corrigir anomalias. Exemplo: Imposto de Exportação.

Estas modalidades nas quais os tributos são classificados servem para que o administrador diferencie e saiba qual a procedência do ônus tributário.

2.5.1.1 Impostos

Segundo o artigo 16 do Código Tributário Nacional, "imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte".

O valor é arrecadado pelo Estado e serve para custear os gastos públicos, sem ter por fato gerador situação dependente de atividade específica relativa ao contribuinte, ou seja, sem a obrigatoriedade de retribuição direta àquele que paga.

Os impostos incidem sobre a renda e patrimônio das pessoas físicas e jurídicas. O governo é quem define o destino dos valores arrecadados, com a aprovação do legislativo, através do orçamento. Os principais impostos cobrados no Brasil são:

- Federais: Imposto sobre a renda de qualquer natureza, no caso de salários, este imposto pode ser descontado direto na fonte; Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Crédito, Operações de Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários; Imposto Territorial Rural (ITR) aplicado em propriedades rurais.

- Estaduais: ICMS; Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) como carros, motos, caminhões.
- Municipais: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) sobre terrenos, apartamentos, casas, prédios comerciais; ITBI e ISS.

2.5.1.2 Contribuições Sociais

As contribuições sociais foram instituídas pelo art. 195 da CF, que teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional nº. 20/1998. Essa emenda ampliou o conceito de contribuinte das contribuições sociais, que era o empregador, passando a definir como contribuinte, além do empregador, a empresa e a entidade a ela equiparada na forma da lei.

As contribuições sociais incidem sobre:

- a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício (INSS – Lei nº 8.212/2001);
- b) a receita ou faturamento – PIS (Imposto sobre Produtos Industrializados) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);
- c) o lucro – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de acordo com a Lei nº 7.689/88.

2.5.1.3 Taxas

Taxa segundo o art. 77 do CTN é o tributo que "tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição"

São tributos vinculados a um serviço público específico prestado ao contribuinte, ou seja, uma contraprestação do Estado. Uma taxa só pode ser instituída por uma entidade tributante da mesma competência. Por exemplo, as

taxas sobre iluminação pública que só podem ser cobradas pelos municípios; a taxa de lixo urbano. Não necessariamente o pagante da taxa poderá utilizar o serviço, apenas terá o serviço à sua disposição.

2.5.1.4 Contribuições de Melhoria

Contribuição de melhoria segundo o art. 81 do CTN é o tributo "instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado"

São cobradas somente na região beneficiada pela obra. A atuação estatal (realização de obra pública) que torna vinculado este tipo de tributo é apenas indiretamente referida ao contribuinte, posto que é a valorização imobiliária que justifica sua cobrança. Em outras palavras, não é a mera realização de uma obra pública que vai determinar a cobrança da exação, mas tão somente a realização de obra pública que tem como consequência a valorização do imóvel do contribuinte.

As contribuições de melhoria estão disciplinadas no art. 81 e seguintes do CTN. Na Legislação tributária brasileira, contribuição de melhoria, segundo art. 145, alínea III da CF é: "tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação que representa um benefício especial auferido pelo contribuinte. Seu fim se destina às necessidades do serviço ou à atividade estatal".

A contribuição de melhoria é um tributo eminentemente social. Por meio dele, o proprietário que, sem nada ter feito para isso, é beneficiado por um sobre valor acrescido ao seu imóvel por conta de uma obra pública.

2.5.1.5 Empréstimos Compulsórios

A Constituição prevê a possibilidade da instituição de empréstimos compulsórios pela União em duas situações:

a) despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública e de guerra externa efetiva ou eminente (art. 148 inciso I da CF);

b) investimento público de caráter urgente e relevante interesse nacional, observado o princípio da anterioridade (art. 148 inciso II da CF);

Conforme a Emenda Constitucional nº. 18, de 1º de dezembro de 1965 a qual estipulava, em seu artigo 4º, que "somente a União, em casos excepcionais definidos em lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios".

O empréstimo compulsório serve para atender a situações excepcionais, e só poderá ser instituído quando:

- Por ocasião de guerra externa ou de sua iminência (art. 148 da CF).
- Calamidade pública que exija auxílio federal impossível de atender com os recursos orçamentários disponíveis (art. 148 da CF).
- Por ocasião de conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo (art. 15 do CTN).
- No caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional (art. 148 da CF).

O empréstimo compulsório encontra-se regulado no art. 148 da atual Constituição e também, no que for cabível, no art. 15 do CTN.

2.6 Elementos Fundamentais do Tributo

Segundo Oliveira et al. (2005, p. 28) os elementos fundamentais dos tributos são: Hipótese de incidência; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo e Alíquota.

É muito importante identificar claramente os elementos fundamentais dos tributos, pois só assim pode ser feito um bom planejamento tributário.

2.6.1 Hipótese de incidência

De acordo com Ataliba (1995, p. 34) "o tributo é caracterizado como norma tributária, meio para que se atribua ao contribuinte o dever subjetivo de desembolsar

quantia em face do Estado, em razão de ter praticado a hipótese apresentada pela norma.”

2.6.2 Fato Gerador

O CTN faz menção ao fato gerador nos artigos 114 e 115. De acordo com o texto do artigo 114 do CTN, fato gerador da obrigação principal é a hipótese definida em lei como necessária e suficiente para o surgimento da obrigação tributária.

É um fato imponível, ou seja, concreto, localizado no tempo e no espaço, acontecido efetivamente no universo fenomênico, que por corresponder rigorosamente à descrição prévia, hipoteticamente formulada pela hipótese de incidência legal, dá nascimento à obrigação tributária. Cada fato imponível determina o nascimento de uma obrigação tributária.

A concretização do Fato Gerador pode fazer nascer uma obrigação principal que é sempre de natureza pecuniária, ou seja, consiste em arrecadar numerário aos cofres públicos, ou uma obrigação acessória, que é um dever administrativo, por exemplo: emitir notas, escriturar livros fiscais, não transportar mercadorias sem as devidas notas fiscais, etc.

2.6.3 Contribuinte Responsável

O sujeito passivo, na qualidade de contribuinte ou responsável, é definido pelo Código Tributário Nacional como sendo a pessoa obrigada ao pagamento de tributo (imposto, taxa, contribuição de melhoria, contribuições especiais e empréstimos compulsórios). Aquele que está ligado de modo direto e imediato à ocorrência do fato jurídico. Conforme citação do art. 121 do CTN:

Art. 121 – Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:
I – contribuinte, quando a relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Contribuinte Responsável, portanto, é o sujeito passivo da obrigação tributária, pois está diretamente ligado a constituição do fato gerador. Responsável é aquele que se torna contribuinte, mas não está ligado ao fato gerador.

2.6.4 Base de Cálculo

Base de Cálculo é o valor sobre o qual é aplicada a alíquota para se determinar o valor do imposto a pagar.

O disposto no art. 146 da CF, reservou à Lei Complementar a definição do fato gerador dos impostos, das bases de cálculos e dos contribuintes, bem como, o art. 150, instituiu o princípio da legalidade tributária, da anterioridade e da irretroatividade.

A Base de Cálculo do tributo representa legalmente o valor, grandeza ou expressão numérica do fato gerador; é, por assim dizer, um dos lados, do fato gerador. Na verdade, nem sempre há perfeita identidade entre o fato gerador e a Base de Cálculo.

Em que pese a tal argumentação, é indispensável à ocorrência de uma relação íntima entre o fato gerador e a Base de Cálculo. Daí decorre a importância do conhecimento sobre o fato gerador, por ser peça fundamental para se aferir a relação dele com a Base de Cálculo.

2.6.5 Alíquota

A Alíquota é um percentual ou valor fixo que será aplicado sobre a Base de Cálculo para obter o valor de um tributo. A Alíquota será um percentual quando a Base de Cálculo for um valor econômico, e será um valor quando a Base de Cálculo for uma unidade não monetária.

Segundo Fabretti (2005), Alíquota é o percentual indicado pelo legislador que será aplicado a Base de Cálculo do fato gerador, determinado o montante do tributo a ser recolhido. Ou seja, é o percentual definido em lei, que aplicada sobre a base de cálculos, determina o montante do tributo a ser pago. É o critério para a atribuição de uma parcela de riqueza do particular ao Estado.

2.7 Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (LC nº. 123/2006)

Com o objetivo de estabelecer normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às MPE no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, foi sancionada em 14 de dezembro de 2006 a LC nº. 123/2006, denominada Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

De acordo com o art. 1º desta Lei, são estabelecidas normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente no que se refere:

- I – à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;
- II – ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;
- III – ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Aprovada em dezembro de 2006, a Lei Geral das MPE, entrou em vigor em janeiro de 2007, com exceção da sua parte tributária, que passou a vigorar somente em 01 de julho de 2007. Sendo que em dezembro de 2008 foi alterada pela LC nº. 128. A qual, as alterações inseridas nessa Lei serão abordadas neste trabalho.

A Lei Geral é resultado do Estatuto Federal das MPE, que aprovado através da Lei nº. 9.841, de 1999, instituiu benefícios nos campos administrativos, trabalhistas, de crédito e de desenvolvimento empresarial. Porém, esses benefícios estavam limitados à esfera de atuação do Governo Federal, e com a aprovação da Lei Geral esses benefícios foram estendidos também às esferas Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, através da criação do Estatuto Nacional da MPE.

Isso significa que todas as disposições serão aplicadas no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo mais eficácia a seus dispositivos e resultados mais concretos e efetivos para os pequenos negócios, que passam a serem regidos por um sistema legal uniforme, numa espécie de consolidação de todo o conjunto de obrigações em um único sistema.

2.8 Simples Nacional

O Simples, como é definido em Lei, é uma forma de tributação que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 1997, através da Lei 9.317 de 05 de dezembro de 1996, cujo objetivo é facilitar o recolhimento de contribuições das MPE. Ele uniu vários impostos e contribuições que as MPE pagavam anteriormente, num só imposto, e aumentou também abrangência da Lei, pois as Leis anteriores não ofereciam benefícios as EPP.

A primeira versão do Simples, a partir de janeiro de 1997, com o advento da Lei nº. 9.317 de 05/12/1996, o Simples Federal, teve validade até 30 de junho de 2007, e após essa data, foi revogada e substituída pelo chamado Simples Nacional.

Em 14/12/2006, foi aprovada a Lei Complementar nº. 123 que institui o Simples Nacional, que além dos tributos que já tinham pagamento unificado na versão anterior, passou a incluir o recolhimento do ICMS e do ISS. O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e aplicável às MPE, a partir de 01.07.2007, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

Dentre os benefícios presentes na LC nº. 123/2006, cita-se:

- Criação do Simples Nacional (Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte);
- Desburocratização nos procedimentos de abertura e fechamento das empresas;
- Concessão de tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos processos de licitações públicas;

- Simplificação das relações de trabalho;
- Estímulo ao crédito e à capitalização.

2.8.1 Opção

Conforme artigo 16 da LC nº. 123/2006, a opção pelo Simples Nacional, na forma de tributação, será irretratável para todo o ano-calendário.

O regime favorecido criado pela LC nº. 123/2006, aplica-se às ME e EPP, assim considerados a Sociedade Empresária, a Sociedade Simples e o Empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);
- II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

A opção pelo Simples Nacional deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do ano-calendário da opção. No momento da opção, o contribuinte deverá prestar declaração quanto ao não-enquadramento nas vedações previstas no artigo 12 da Resolução 4 de 30/05/2007.

Poderão optar pelo Simples Nacional, as sociedades que se dediquem exclusivamente à prestação de serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa.

Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto no art. 3º § 4 da LC nº. 123/2006 a pessoa jurídica:

- I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

Embora com todas essas restrições, existem ainda aquelas empresas que no decorrer do 1º ano de exercício ultrapassam o valor limite de faturamento permitido em lei para o enquadramento no Simples, sendo aplicado a elas o que nos diz no art. 3º § 10º da lei supracitada.

A microempresa e a empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassarem o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período estarão excluídas do regime desta Lei Complementar, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.

Com a LC nº. 123/2006, o tratamento é dado da seguinte forma:

As empresas que 1º ano calendário ultrapasse o limite em até 20% podem recolher o imposto pelo simples, mas no ano seguinte ela está fora do regime de tributação. E as empresas que ultrapassando no 1º ano o limite de 20% estarão fora do regime no próprio ano, tendo que recalcular todo o imposto com outro regime de tributação.

2.8.2 Abrangência

Conforme o art. 13 da LC nº. 123, já com as alterações inseridas pela LC nº. 128/2008, o Simples Nacional é um regime de arrecadação de caráter facultativo ao contribuinte, implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes tributos:

- Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- Contribuição para o PIS/PASEP;
- Contribuição para a Seguridade Social (cota patronal);
- Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);
- Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

O recolhimento na forma do Simples Nacional não exclui a incidência de outros tributos não listados acima. Mesmo para os tributos listados acima, há situações em que o recolhimento dar-se-á à parte do Simples Nacional. Todos os Estados e Municípios participam obrigatoriamente do Simples Nacional. Entretanto, a depender da participação de cada Estado no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, poderão ser adotados pelos Estados limites diferenciados de receita bruta de EPP (sublimites), para efeitos de recolhimento do ICMS ou do ISS. O sublimite adotado por um Estado aplica-se obrigatoriamente ao recolhimento do ISS dos municípios nele localizados.

Os tributos e contribuições serão calculados mediante as alíquotas das tabelas integrantes dos Anexos da Lei Geral das MPE e recolhidos em guia única implantada pelo Comitê Gestor de Tributação. Além de simplificar o recolhimento dos tributos pagos antecipadamente por substituição tributária e do ISS retido na fonte, reduz as obrigações fiscais acessórias exigidas das ME e EPP.

2.8.2.1 Contribuição Previdenciária

Como regra, o Simples Nacional abrange o recolhimento da contribuição previdenciária devida pelo empregador sobre a folha de salários e remunerações pagas a terceiros, administradores, titulares ou sócios. O valor da contribuição previdenciária incluída no Simples Nacional abrange as seguintes parcelas:

- a) contribuição de 20% (vinte por cento) sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos, para retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços.
- b) a parcela devida sobre as remunerações pagas a empregados ou trabalhadores avulsos, destinadas ao financiamento da aposentadoria especial após 15 ou 20 anos de exposição a agentes prejudiciais à saúde e de benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho;
- c) o seguro acidente de trabalho, aos percentuais de 1 (um), 2 (dois) ou 3% (três por cento), conforme seja leve, média ou grave o risco da atividade.
- d) a contribuição de 20% sobre o total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, a segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços;
- e) a contribuição de 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho;
- f) a contribuição de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) e de 0,1% (zero vírgula um por cento) devida sobre a receita bruta da pessoa jurídica que se dedique à produção rural, em substituição à prevista nas letras “a” e “b” anteriores.

A contribuição previdenciária devida pelas empresas enquadradas nos anexo IV da LC nº. 128/2008 será recolhida em separado, segundo as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas. As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional serão

dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo. A dispensa alcança o salário educação e as contribuições destinadas ao SESC, SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE e seus congêneres.

2.8.3 Vedações a opção

Assim como há restrições quanto ao enquadramento das empresas no porte ME e EPP, o sistema tributário favorecido somente pode ser utilizado pelas empresas que atenderem as condições para a opção.

Ao contrário do Simples da Lei nº. 9.317/1996, o Simples Nacional admite o ingresso de empresas com quaisquer atividades que não estejam expressamente vedadas.

A Lei no seu artigo 17 e *caput* enumera uma série de situações em que as empresas não poderão se beneficiar, para nenhum efeito legal, do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº. 123/2006:

- I – que explore atividade de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, gerenciamento de ativos (asset management), compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring);
- II – que tenha sócio domiciliado no exterior;
- III – de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;
- IV – que preste serviço de comunicação; (Revogado pela Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008)
- V – que possua débito com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, cuja exigibilidade não esteja suspensa;
- VI – que preste serviço de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros;
- VII – que seja geradora, transmissora, distribuidora ou comercializadora de energia elétrica;
- VIII – que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;
- IX – que exerça atividade de importação de combustíveis;

X – que exerça atividade de produção ou venda no atacado de: (Redação dada pela Lei Complementar nº. 128 de 19 de dezembro de 2008)

a) cigarros, cigarrilhas, charutos, filtros para cigarros, armas de fogo, munições e pólvoras, explosivos e detonantes;

b) bebidas a seguir descritas: alcoólicas; refrigerantes, inclusive águas saborizadas gaseificadas; preparações compostas, não alcoólicas (extratos concentrados ou sabores concentrados), para elaboração de bebida refrigerante, com capacidade de diluição de até 10 (dez) partes da bebida para cada parte do concentrado; cervejas sem álcool;

XI – que tenha por finalidade a prestação de serviços decorrentes do exercício de atividade intelectual, de natureza técnica, científica, desportiva, artística ou cultural, que constitua profissão regulamentada ou não, bem como a que preste serviços de instrutor, de corretor, de despachante ou de qualquer tipo de intermediação de negócios;

XII – que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

XIII – que realize atividade de consultoria;

XIV – que se dedique ao loteamento e à incorporação de imóveis;

XV – que realize atividade de locação de imóveis próprios, exceto quando se referir a prestação de serviços tributados pelo ISS. (Incluído pela Lei Complementar nº. 128 de 2008)

As empresas que possuírem dívidas com o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, sem que a exigibilidade esteja suspensa, não poderão optar pelo Simples Nacional.

Para facilitar o acesso das empresas, a Lei Geral da MPE no seu art. 79 institui, para ingresso no Simples Nacional, parcelamento, em até 100 (cem) parcelas mensais e sucessivas, dos débitos com o INSS, ou com as Fazendas Públicas Federal, Estadual ou Municipal, de responsabilidade da ME ou EPP e de seu titular ou sócio, com vencimento até 30 de junho de 2008.

O valor mínimo da parcela mensal é de R\$ 100,00 (cem reais), mas são considerados isoladamente os débitos para com a Seguridade Social, para com Fazenda Nacional, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal.

As vedações relativas ao exercício de atividades previstas no art. 17 da LC nº. 123/2006 já com as alterações dadas pela LC nº. 128/2008, não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividade seguintes ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação, sendo tributadas portanto na forma do Anexo III da Lei Complementar as seguintes atividades de prestação de serviços:

- I – creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental;
 - II – agência terceirizada de correios;
 - III – agência de viagem e turismo;
 - IV – centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
 - V – agência lotérica;
 - VI – serviços de manutenção e reparação de automóveis, caminhões, ônibus, outros veículos pesados, tratores, máquinas e equipamentos agrícolas;
 - VII – serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores;
 - VIII – serviços de manutenção e reparação de motocicletas, motonetas e bicicletas;
 - IX – serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;
- NOTA: Nova redação dada ao inciso IX do § 5º-B do art. 18 pela LC nº. 128/08.
- X – serviços de reparos hidráulicos, elétricos, pintura e carpintaria em residências ou estabelecimentos civis ou empresariais, bem como manutenção e reparação de aparelhos eletrodomésticos;
 - XI – serviços de instalação e manutenção de aparelhos e sistemas de ar-condicionado, refrigeração, ventilação, aquecimento e tratamento de ar em ambientes controlados;
 - XII – veículos de comunicação, de radiodifusão sonora e de sons e imagens, e mídia externa;
 - XIII – transporte municipal de passageiros; e
- NOTA: Nova redação dada ao inciso XIII do § 5º-B do art. 18 pela LC nº 128/08.
- XIV - escritórios de serviços contábeis, observado o disposto nos §§22 -Be22-C deste artigo.
- NOTA: O inciso XIV foi acrescido ao § 5º-B do art. 18 p/ LC nº 128/08.

Sem prejuízo do disposto no art. 17 da LC nº. 123/2006, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas pelo Anexo IV:

- I – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores;
- NOTA: Nova redação dada ao inciso I do § 5º- C do art. 18 pela LC nº. 128/08.
- IV – serviço de vigilância, limpeza e conservação.

Poderão optar pelo Simples Nacional todas as demais sociedades que se dediquem exclusivamente à prestação de outros serviços, desde que não exerçam atividades com vedação expressa no art. 17 da LC nº. 123/2006, e não incorram em nenhuma das hipóteses de vedação previstas nesta mesma Lei Complementar.

2.8.4 Alíquotas de Recolhimento

O Simples Nacional será devido mensalmente sobre a receita bruta auferida pela empresa, utilizando sempre a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração, para achar a alíquota correspondente nas tabelas dos anexos I a V da LC que a constituiu. As tabelas de incidência são comuns às ME e às EPP.

A pessoa jurídica poderá optar pela tributação sobre as receitas segundo o regime de caixa ou o regime de competência. Sendo que a opção será irretratável para todo o ano-calendário e somente poderá ser modificada no início de cada ano.

A receita bruta abrange o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

São consideradas como receita tributável as dispostas no Art. 18 § 4º da LC nº. 123/2006:

- I – as receitas decorrentes da revenda de mercadorias;
 - II – as receitas decorrentes da venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte;
 - III – as receitas decorrentes da prestação de serviços, bem como a de locação de bens móveis;
 - IV – as receitas decorrentes da venda de mercadorias sujeitas a substituição tributária e tributação concentrada em uma única etapa (monofásica), bem como, em relação ao ICMS, antecipação tributária com encerramento de tributação;
- NOTA: Nova redação dada ao inciso IV do art. 18 pela LC nº. 128/08.
- V – as receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior, inclusive as vendas realizadas por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar.
- NOTA: Nova redação dada ao inciso V do § 4º do art. 18 pelo art. 2º da LC nº. 128/08.

Não devem ser consideradas no cálculo dos tributos integrantes do Simples Nacional, as demais receitas auferidas pela empresa, não originárias de seus objetivos sociais, como é o caso das receitas de aplicações financeiras, ganhos obtidos em bolsa de valores, no mercado de balcão ou de mercadorias, juros recebidos, descontos auferidos etc.

Quando possuir uma única atividade, bastará o contribuinte identificar a tabela de alíquotas correspondente à atividade exercida, para calcular o Simples Nacional. No entanto, empresas que desenvolvem diversas atividades devem destacar as receitas auferidas, de acordo com a abrangência de cada tabela de alíquotas. Sendo que para achar a faixa de receita bruta na tabela de alíquotas é considerada a soma dos faturamentos das diversas atividades nos últimos 12 meses.

No ano de início de atividades, as empresas não terão como acumular as receitas auferidas nos 12 (doze) meses anteriores. Nesse caso, a Lei Geral da MPE determina que as faixas de receita bruta da tabelas de alíquotas sejam proporcionalizadas em função do número de meses de atividades do período.

2.8.4.1 Comércio (anexo I)

As microempresas e as empresas de pequeno porte devem utilizar a tabela do anexo I da LC nº. 123/2006 para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as atividades comerciais.

Quadro 1 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Comércio (Anexo I)

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ PASEP	CPP	ICMS
Até 120.000,00	4,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,47%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%
De 240.000,01 a 360.000,00	6,84%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%
De 360.000,01 a 480.000,00	7,54%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%
De 480.000,01 a 600.000,00	7,60%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,28%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,36%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,45%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,03%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,12%	0,43%	0,43%	1,26%	0,30%	3,60%	3,10%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	9,95%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,04%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,13%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,23%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,32%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,23%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,32%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,42%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	11,51%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	11,61%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%

Fonte: Anexo I - LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

A alíquota do Simples do Anexo I, para as empresas comerciais, conforme podemos observar no quadro acima, em todas as faixas de faturamento bruto acumulado dos últimos 12 meses, é composta pela soma de todos os impostos Federais e Estaduais das empresas comerciais, incluindo a carga previdenciária, são eles: IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, INSS e o ICMS.

2.8.4.2 Indústria (anexo II)

O anexo II da LC nº. 123/2006 refere-se à tabela utilizada para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as entidades que exerçam atividades industriais. Essa tabela diferencia-se do anexo I apenas pela inclusão de 0,50% (zero vírgula cinco por cento), referente ao IPI, na alíquota total em todas as faixas de faturamento.

Quadro 2 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Indústria (Anexo II)

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ PASEP	CPP	ICMS	IPI
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,75%	1,25%	0,50%
De 120.000,01 a 240.000,00	5,97%	0,00%	0,00%	0,86%	0,00%	2,75%	1,86%	0,50%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,34%	0,27%	0,31%	0,95%	0,23%	2,75%	2,33%	0,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,04%	0,35%	0,35%	1,04%	0,25%	2,99%	2,56%	0,50%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,10%	0,35%	0,35%	1,05%	0,25%	3,02%	2,58%	0,50%
De 600.000,01 a 720.000,00	8,78%	0,38%	0,38%	1,15%	0,27%	3,28%	2,82%	0,50%
De 720.000,01 a 840.000,00	8,86%	0,39%	0,39%	1,16%	0,28%	3,30%	2,84%	0,50%
De 840.000,01 a 960.000,00	8,95%	0,39%	0,39%	1,17%	0,28%	3,35%	2,87%	0,50%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	9,53%	0,42%	0,42%	1,25%	0,30%	3,57%	3,07%	0,50%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	9,62%	0,42%	0,42%	1,26%	0,30%	3,62%	3,10%	0,50%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	10,45%	0,46%	0,46%	1,38%	0,33%	3,94%	3,38%	0,50%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	10,54%	0,46%	0,46%	1,39%	0,33%	3,99%	3,41%	0,50%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	10,63%	0,47%	0,47%	1,40%	0,33%	4,01%	3,45%	0,50%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	10,73%	0,47%	0,47%	1,42%	0,34%	4,05%	3,48%	0,50%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	10,82%	0,48%	0,48%	1,43%	0,34%	4,08%	3,51%	0,50%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	11,73%	0,52%	0,52%	1,56%	0,37%	4,44%	3,82%	0,50%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	11,82%	0,52%	0,52%	1,57%	0,37%	4,49%	3,85%	0,50%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	11,92%	0,53%	0,53%	1,58%	0,38%	4,52%	3,88%	0,50%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	12,01%	0,53%	0,53%	1,60%	0,38%	4,56%	3,91%	0,50%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	12,11%	0,54%	0,54%	1,60%	0,38%	4,60%	3,95%	0,50%

Fonte: Anexo II - LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

Nesse quadro podemos observar a partilha da alíquota do Anexo II do Simples Nacional em todas as faixas de faturamento. Nela estão incluídos todos os impostos Federais e Estaduais, incluindo a carga previdenciária. Nota-se que as alíquotas desse anexo são as mesmas utilizadas no anexo I, diferenciando apenas com a adição de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) referente ao IPI que só é devido pelas empresas industriais.

2.8.4.3 Serviços prestados I (anexo III)

Os serviços prestados I refere-se à tabela do anexo III da LC nº. 123/2006, utilizado para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as entidades que exerçam as atividades de locação de bens móveis e dos serviços relacionados abaixo:

1. creche, pré-escola e estabelecimento de ensino fundamental, escolas técnicas, profissionais e de ensino médio, de línguas estrangeiras, de artes, cursos técnicos de pilotagem, preparatórios para concursos, gerenciais e escolas livres, exceto as receitas decorrentes das atividades de academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais; e de academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
2. agência terceirizada de correios;
3. agência de viagem e turismo;
4. centro de formação de condutores de veículos automotores de transporte terrestre de passageiros e de carga;
5. agência lotérica;
6. serviços de instalação, de reparos e de manutenção em geral, bem como de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais;
7. transporte municipal de passageiros;
8. escritórios de serviços contábeis; e
9. prestação de outros serviços que não tenham sido objeto de vedação expressa pela Lei Complementar nº. 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº. 127/2007 e 128/2008, desde que não incorra em nenhuma das hipóteses de vedação previstas na citada Lei Complementar.

Cabe ressaltar que as atividades de locação de bens móveis serão tributadas na forma do Anexo III, deduzindo-se da alíquota, o percentual correspondente ao ISS que não é devido nesse tipo de atividade.

Quadro 3– Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviço I (Anexo III)

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ PASEP	CPP	ISS
Até 120.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

Fonte: Anexo III - LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

Conforme podemos observar no quadro 3 a partilha da alíquota do Anexo III Simples Nacional em todas as faixas de faturamento, estão incluídos todos os impostos Federais, Estaduais e Municipais, incluindo a carga previdenciária. Como se nota, a abrangência de tributos favorece as empresas, no aspecto de simplificação da apuração e do recolhimento.

2.8.4.4 Serviços prestados II (anexo IV)

Os serviços prestados II referem-se a tabela do anexo IV da LC nº. 123/2006, utilizado para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as entidades que exerçam atividades de prestação de serviços relacionados no art. 17, § 1º, dessa mesma Lei.

A partir de 2009 somente as atividades inseridas no anexo IV da Resolução do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nº. 51/08 não computarão no imposto unificado o INSS Patronal devido pelas pessoas jurídicas, devendo o recolhimento ocorrer à parte. São atividades sujeitas ao anexo IV:

- I – construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores; e
- II – serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Quadro 4 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo IV)

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/ PASEP	ISS
Até 120.000,00	4,50%	0,00%	1,22%	1,28%	0,00%	2,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	6,54%	0,00%	1,84%	1,91%	0,00%	2,79%
De 240.000,01 a 360.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 360.000,01 a 480.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 480.000,01 a 600.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 600.000,01 a 720.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 720.000,01 a 840.000,00	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%
De 840.000,01 a 960.000,00	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	12,00%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%

Fonte: Anexo IV - LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

Nessa tabela estão incluídas toda a carga tributária Federal, e Estadual. Sendo que apenas nesse anexo o INSS parte da empresa é pago em separado. A Contribuição a Terceiros nesse caso não é devida.

2.8.4.5 Serviços prestados III (anexo V)

Os serviços prestados III referem-se à tabela do anexo V da LC nº. 123/2006, utilizado para encontrar a alíquota do Simples Nacional para as entidades que exerçam atividades de prestação de serviços relacionados abaixo, de acordo com a art. 17, § 1º, dessa mesma Lei:

- a) cumulativamente administração e locação de imóveis de terceiros;
- b) academias de dança, de capoeira, de ioga e de artes marciais;
- c) academias de atividades físicas, desportivas, de natação e escolas de esportes;
- d) elaboração de programas de computadores, inclusive jogos eletrônicos, desde que desenvolvidos em estabelecimento do optante;
- e) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação;
- f) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, desde que realizados em estabelecimento do optante;
- g) empresas montadoras de estandes para feiras;
- h) produção cultural e artística;
- i) produção cinematográfica e de artes cênicas;
- j) laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica;
- k) serviços de tomografia, diagnósticos médicos por imagem, registros gráficos e métodos óticos, bem como ressonância magnética;
- l) serviços de prótese em geral.

Para se calcular o imposto para as empresas constantes no anexo V, conforme a LC nº. 123/2006, deve-se primeiramente calcular a relação “r” entre o total da folha de pagamento bruta acrescida dos encargos sociais dos últimos 12 meses e o total da receita bruta dos últimos 12 meses, conforme descrito na fórmula:

$$\text{Relação (r): } \frac{\text{Folha de Salários + Encargos Sociais}}{\text{Receita Bruta (em 12 meses)}}$$

Para efeito de aplicação do fator “r”, considera-se folha de salários, incluídos encargos, o montante pago nos 12 (doze) meses anteriores ao do período de apuração, a título de salários, retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Consideram-se salários o valor da base de cálculo da contribuição prevista nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, agregando-se o valor do 13º salário na competência da incidência da referida contribuição, na forma dos §§ 1º e 2º do art. 7º da Lei nº. 8.620, de 5 de janeiro de 1993:

Art. 22 – A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I – 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços, nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa. (Redação dada pela Lei nº. 9876, de 26/11/1999);

II – 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, no decorrer do mês, aos segurados contribuintes individuais que lhe prestem serviços; (Incluído pela Lei nº. 9876, de 26/11/1999)”

De acordo com o artigo 8º, § 4º, da Resolução CGSN nº. 51/2008, aplicar-se-ão as alíquotas previstas no Anexo V, observado o disposto no art. 5º, da seguinte forma:

I – receitas da alínea b do inciso XIV do art. 3º: alíquotas do Anexo V, adicionando-se os percentuais do ISS previstos no Anexo IV;

II - receitas da alínea b do inciso XV do art. 3º: alíquotas do Anexo V, adicionando-se os percentuais do ISS previstos no Anexo IV;

III – receitas da alínea b do inciso XVI do art. 3º: alíquotas do Anexo V, sem a adição dos percentuais relativos ao ISS.

Quadro 5 – Faixas de faturamento e alíquotas do Simples Nacional – Serviços (Anexo V)

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	"r"<0,10	0,10=<(r) e (r)<0,15	0,15=<(r) e (r)<0,20	0,20=<(r) e (r)<0,25	0,25=<(r) e (r)<0,30	0,30=<(r) e (r)<0,35	0,35=<(r) e (r)<0,40	(r)>=0,40
Até 120.000,00	17,50%	15,70%	13,70%	11,82%	10,47%	9,97%	8,80%	8,00%
De 120.000,01 a 240.000,00	17,52%	15,75%	13,90%	12,60%	12,33%	10,72%	9,10%	8,48%
De 240.000,01 a 360.000,00	17,55%	15,95%	14,20%	12,90%	12,64%	11,11%	9,58%	9,03%
De 360.000,01 a 480.000,00	17,95%	16,70%	15,00%	13,70%	13,45%	12,00%	10,56%	9,34%
De 480.000,01 a 600.000,00	18,15%	16,95%	15,30%	14,03%	13,53%	12,40%	11,04%	10,06%
De 600.000,01 a 720.000,00	18,45%	17,20%	15,40%	14,10%	13,60%	12,60%	11,60%	10,60%
De 720.000,01 a 840.000,00	18,55%	17,30%	15,50%	14,11%	13,68%	12,68%	11,68%	10,68%
De 840.000,01 a 960.000,00	18,62%	17,32%	15,60%	14,12%	13,69%	12,69%	11,69%	10,69%
De 960.000,01 a 1.080.000,00	18,72%	17,42%	15,70%	14,13%	14,08%	13,08%	12,08%	11,08%
De 1.080.000,01 a 1.200.000,00	18,86%	17,56%	15,80%	14,143%	14,09%	13,09%	12,09%	11,09%
De 1.200.000,01 a 1.320.000,00	18,96%	17,66%	15,90%	14,49%	14,45%	13,61%	12,78%	11,87%
De 1.320.000,01 a 1.440.000,00	19,06%	17,76%	16,00%	14,67%	14,64%	13,89%	13,15%	12,28%
De 1.440.000,01 a 1.560.000,00	19,26%	17,96%	16,20%	14,86%	14,82%	14,17%	13,51%	12,68%
De 1.560.000,01 a 1.680.000,00	19,56%	18,30%	16,50%	15,46%	15,18%	14,61%	14,04%	13,26%
De 1.680.000,01 a 1.800.000,00	20,70%	19,30%	17,45%	16,24%	16,00%	15,52%	15,03%	14,29%
De 1.800.000,01 a 1.920.000,00	21,20%	20,00%	18,20%	16,91%	16,72%	16,32%	15,93%	15,23%
De 1.920.000,01 a 2.040.000,00	21,70%	20,50%	18,70%	17,40%	17,13%	16,82%	16,38%	16,17%
De 2.040.000,01 a 2.160.000,00	22,20%	20,90%	19,10%	17,80%	17,55%	17,22%	16,82%	16,51%
De 2.160.000,01 a 2.280.000,00	22,50%	21,30%	19,50%	18,20%	17,97%	17,44%	17,21%	16,94%
De 2.280.000,01 a 2.400.000,00	22,90%	21,80%	20,00%	18,60	18,40%	17,85%	17,60%	17,18%

Fonte: Anexo V - LC nº. 128, de 19 de dezembro de 2008.

2.8.5 Excesso de Receitas

Se o valor da receita bruta auferida durante o ano-calendário ultrapassar o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicados pelo número de meses do período de atividade, a parcela da receita que exceder o montante assim determinado estará sujeita às alíquotas máximas das tabelas de incidência, acrescidas de 20% (vinte por cento).

Conforme o art. 19 da LC nº. 128/2008, sem prejuízo da possibilidade de adoção de todas as faixas de receita previstas no art. 18 desta Lei, os Estados poderão optar pela aplicação, para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional em seus respectivos territórios.

Já o art. 20 desta Lei Complementar diz que, a opção feita na forma do art. 19 pelos Estados importará adoção do mesmo limite de receita bruta anual para efeito

de recolhimento na forma do ISS dos Municípios nele localizados, bem como o do ISS devido no Distrito Federal.

O limite é estabelecido no Produto Interno Bruto (PIB). Os estados cuja participação no PIB seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual de até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Os Estados cuja participação no PIB seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual de até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais). Os Estados cuja participação do PIB seja igual ou superior a 5% (cinco por cento), são obrigadas a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

Aos Estados permitidos, que optar por um limite de faturamento menor que R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), os Municípios obrigatoriamente estarão enquadrados. Vale destacar que o limite refere-se somente para a tributação dos Estados e Municípios, permanecendo inalterada a tributação federal que continuará com limite de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Os Estados de Santa Catarina e Bahia, e o Distrito Federal optaram por não aderir ao limite de faturamento, ficando portanto enquadrados no limite da tributação federal, ou seja, R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

Em caso de início ou encerramento de atividades, caso a empresa ultrapasse o limite de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) multiplicado pelo número de meses do período de atividades, a exclusão não retroagirá se o excesso apurado não superar 20% (vinte por cento) dos respectivos limites proporcionais, hipótese em que a empresa estará excluída somente a partir do ano calendário seguinte.

As microempresas e empresas de pequeno porte que ultrapassarem os limites alternativos adotados pelos Estados poderão ser excluídas do recolhimento do ICMS e do ISS pelo Simples Nacional. Apesar de impedidas de efetuar o recolhimento do ICMS e do ISS de forma simplificada, a ME e a EPP permanecerão enquadradas no Simples Nacional, para efeito dos demais benefícios, se observarem as condições legais para tanto. Quando o recolhimento do ICMS ou do ISS não estiver sendo efetuado por meio do Simples Nacional, as alíquotas serão reduzidas dos percentuais relativos a esses impostos. Por exemplo: uma empresa enquadrada no anexo I, com faturamento acumulado na 1ª faixa da tabela, recolherá

a título de Simples Nacional o percentual de 2,75% (dois vírgula setenta e cinco por cento), que corresponde aos 4% (quatro por cento) diminuídos de 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento) referente ao ICMS.

2.8.6 Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS

O Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13/09/1966. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto nº. 59.820, de 20/12/1966. Formado por depósitos mensais, efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% (oito por cento) das remunerações que lhes são pagas ou devidas. Caso o empregado seja menor aprendiz ou tenha contrato de trabalho por tempo determinado, a alíquota a ser utilizada é de 2,5% sobre a mesma base de cálculo.

O FGTS foi instituído com o objetivo de substituir a indenização por tempo de serviço devida aos empregados, suprimir a estabilidade que estes alcançavam ao completar dez anos de serviço, e gerar recursos para impulsionar os programas habitacionais e de saneamento básico. (Boletim COAD, 2007, p. 3).

Atualmente, a Lei que dispõe sobre o FGTS é a de nº. 8.036, de 11/05/1990, alterada em 14/05/1990, já tendo sofrido várias alterações. De acordo com esta Lei, todas as empresas, inclusive as MPE, são obrigadas a depositar mensalmente o FGTS no valor de 8% (oito por cento) sobre o valor da folha de salários de seus empregados.

2.8.7 Recolhimento do Simples Nacional

O cálculo do valor devido pela ME ou EPP optante pelo Simples Nacional e a geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) serão realizadas integralmente por aplicativo disponível na internet, no Portal do Simples Nacional.

O recolhimento dos tributos devidos deve ser feito até o último dia útil da primeira quinzena do mês seguinte àquele em que foi auferida a receita bruta. A

Resolução nº. 005 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), de 30 de maio de 2007, em seu § 1º, especifica que na hipótese de a ME ou EPP possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio da matriz. Já no § 2º esclarece que valores não pagos até a data do vencimento sujeitar-se-ão à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto de renda.

Conforme o art. 4º da Resolução CGSN nº. 011, de 23 de julho de 2007, o DAS será emitido em duas vias e conterá:

- I – a identificação do contribuinte (razão social e CNPJ);
- II – o mês de competência;
- III – a data do vencimento original da obrigação tributária;
- IV – o valor do principal, da multa e dos juros;
- V – o valor total;
- VI – o número único de identificação do DAS, atribuído pelo aplicativo de cálculo;
- VII – a data limite para acolhimento do DAS pela rede arrecadadora;
- VIII – o código de barras e sua representação numérica.

Através do art. 5º da Resolução CGSN nº. 011, fica vedada a emissão de DAS com valor total inferior a R\$10,00 (dez reais) devendo ser diferido para períodos subseqüentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais).

2.8.8 Exclusão do Simples Nacional

A exclusão do Simples Nacional poderá ocorrer: a) por opção do contribuinte; b) obrigatoriedade, quando a empresa incorrer em quaisquer das situações de vedação previstas, ou quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período; ou c) de ofício.

Segundo o art. 29 da LC nº. 123/2006 a exclusão de ofício das empresas optantes pelo Simples Nacional dar-se-á quando:

- I – verificada a falta de comunicação de exclusão obrigatória;
- II – for oferecido embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que

estiverem obrigadas, bem como pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade que estiverem intimadas a apresentar, e nas demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública;

III – for oferecida resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde desenvolvam suas atividades ou se encontrem bens de sua propriedade;

IV – a sua constituição ocorrer por interpostas pessoas;

V – tiver sido constatada prática reiterada de infração ao disposto nesta Lei Complementar;

VI – a empresa for declarada inapta, na forma dos arts. 81 e 82 da Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e alterações posteriores;

VII – comercializar mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VIII – houver falta de escrituração do livro-caixa ou não permitir a identificação da movimentação financeira, inclusive bancária;

IX – for constatado que durante o ano-calendário o valor das despesas pagas supera em 20% (vinte por cento) o valor de ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

X – for constatado que durante o ano-calendário o valor das aquisições de mercadorias para comercialização, ressalvadas hipóteses justificadas de aumento de estoque, for superior a 80% (oitenta por cento) dos ingressos de recursos no mesmo período, excluído o ano de início de atividade;

XI – houver descumprimento da obrigação contida no inciso I do caput do art. 26 desta Lei Complementar; NOTA: O inciso XI acrescido pela LC nº. 127/2007.

XII – omitir da folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária, trabalhista ou tributária, segurado empregado, trabalhador avulso ou contribuinte individual que lhe preste serviço. NOTA: O inciso XII foi acrescido pela LC nº. 127/2007.

A exclusão da empresa do Simples Nacional poderá ocorrer por opção do contribuinte, ou conforme o art. 30 da LC nº. 123/2006 a exclusão mediante comunicação dar-se-á quando:

I – por opção;

II – obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar; ou

III – obrigatoriamente, quando ultrapassado, no ano-calendário de início de atividade, o limite de receita bruta correspondente a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período, em relação aos tributos e contribuições federais, e, em relação aos tributos estaduais, municipais e distritais, de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ou R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), também multiplicados pelo número de meses de funcionamento no período, caso o Distrito Federal, os Estados e seus respectivos Municípios tenham adotado

os limites previstos nos incisos I e II do art. 19 e no art. 20, ambos desta Lei Complementar.

De acordo com o art. 31 da LC nº. 123/2006, a exclusão das MPE do Simples Nacional produzirá efeitos:

I – na hipótese do inciso I do *caput* do art. 30 desta Lei Complementar, a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo;

II – na hipótese do inciso II do *caput* do art. 30 desta Lei Complementar, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva;

III – na hipótese do inciso III do *caput* do art. 30 desta Lei Complementar:

a) desde o início das atividades;

b) a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente, na hipótese de não ter ultrapassado em mais de 20% (vinte por cento) o limite proporcional de que trata o § 10 do art. 3º desta Lei Complementar, em relação aos tributos federais, ou os respectivos limites de que trata o § 11 do mesmo artigo, em relação aos tributos estaduais, distritais ou municipais, conforme o caso;

IV – na hipótese do inciso V do *caput* do art. 17 desta Lei Complementar, a partir do ano-calendário subsequente ao da ciência da comunicação da exclusão.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso III do *caput* do art. 30 desta Lei Complementar, a micro empresa ou empresa de pequeno porte não poderá optar, no ano-calendário subsequente ao do início de atividades, pelo Simples Nacional.

§ 2º Na hipótese do inciso V do *caput* do art. 17 desta Lei Complementar, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito no prazo de até 30 (trinta) dias contado a partir da ciência da comunicação da exclusão.

§ 3º A exclusão do Simples Nacional na hipótese em que os Estados, Distrito Federal e Municípios adotem limites de receita bruta inferiores a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS seguirá as regras acima, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor.

§ 4º No caso de a microempresa ou a empresa de pequeno porte ser excluída do Simples Nacional no mês de janeiro, na hipótese do inciso I do *caput* do art. 30 desta Lei Complementar, os efeitos da exclusão dar-se-ão nesse mesmo ano.

§ 5º Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, uma vez que o motivo da exclusão deixe de existir, havendo a exclusão retroativa de ofício no caso do inciso I do *caput* do art. 29 desta Lei Complementar, o efeito desta dar-se-á a partir do mês seguinte ao da ocorrência da situação impeditiva, limitado, porém, ao último dia do ano-calendário em que a referida situação deixou de existir.

NOTA: O § 5º foi acrescido ao art. 31 pelo art. 2º da LC nº. 128/08.

As MPE excluídas do Simples Nacional sujeitar-se-ão, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às

demais pessoas jurídicas, podendo optar pelo recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do Lucro Presumido e Lucro Real trimestral ou anual.

2.9 LUCRO PRESUMIDO

Nesta forma de tributação presume-se o lucro obtido pela empresa sem escrituração contábil para efeito de pagamento CSLL e IRPJ.

Segundo Filho (2005, p. 420) “o Lucro Presumido tem a base de cálculo determinada pela aplicação de um percentual sobre o montante da receita bruta decorrente da venda de mercadorias e de serviços, e acrescido de outras receitas e ganhos de capital, apurados na forma da lei.”

O Lucro Presumido trata-se de uma forma de tributação que, simplesmente, faz uma presunção do valor do lucro líquido da empresa para que se possam aplicar as alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Conforme Oliveira et al (2005, p. 178), “Lucro Presumido trata-se de uma presunção por parte do fisco do que seria o lucro das organizações caso não houvesse a contabilidade”.

2.9.1 Opção

As empresas para optar pela forma de tributação do Lucro Presumido, conforme a Lei nº. 10.637 de 30 de dezembro de 2002 devem possuir o seu faturamento anual igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), ou a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicados pelos números de meses que esteve em atividade. E, também, que não estejam obrigadas à tributação pelo Lucro Real.

Assim como há limites no enquadramento em outras formas de tributação, para o enquadramento do lucro presumido também há, ficando as empresas vetadas obrigadas ao enquadramento no lucro real.

A definição da opção do Lucro Presumido somente será efetuada, com o recolhimento do primeiro tributo a ser recolhido no ano, PIS e COFINS, mediante a indicação, no campo 04 do Documento de Arrecadação da Receita Federal (DARF), dos códigos da receita próprio do Lucro Presumido, que são: 8109 para PIS e 2172 para COFINS. De acordo com o Boletim IOB (2005, p. 18) desde o ano de 1999, a opção pela tributação com base no lucro presumido tornou-se definitiva para todo ano-calendário.

De acordo com o art. 517 do Decreto nº. 3.000 de 26 de março de 1999, a pessoa jurídica que iniciar atividade a partir do segundo trimestre manifestará a opção pelo lucro presumido com o pagamento da primeira quota ou quota única do imposto devido no trimestre do início de atividade.

Todavia, abre-se exceção quando ocorrer qualquer das hipóteses de arbitramento previstas na legislação tributária, situação em que a pessoa jurídica poderá, desde que conhecida a receita bruta, determinar o lucro tributável segundo as regras relativas ao regime de tributação com base no lucro arbitrado.

2.9.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica

A base de cálculo para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é determinada mediante a alíquota de presunção que se deve aplicar sobre o faturamento da empresa segundo disposto no art. 25, inciso I da Lei nº. 9.430/1996, diferenciando-se de acordo com sua atividade, conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Tabela de presunção do imposto de renda para lucro presumido.

ATIVIDADES	Percentual de Presunção	Percentual Direto
Revenda de Combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;	1,60	0,24
Revenda de Mercadorias, industrialização por encomenda, atividade rural;	8,00	1,20
Prestação de serviços hospitalares;	8,00	1,20
Transporte de cargas;	8,00	1,20
Loteamento, incorporação, venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda;	8,00	1,20
Construção por administração ou por empreitada com fornecimento de materiais de mão-de-obra;	8,00	1,20
Transporte de passageiros;	16,00	2,40
Bancos comerciais, bancos de investimento, caixas econômicas, etc.;	16,00	2,40
Prestação de serviços em geral;	32,00	4,80
Serviços prestados por sociedade civil de profissão legalmente regulamentada;	32,00	4,80
Intermediação de negócios (Inclusive representação comercial por conta de terceiros e corretagem de seguros, imóveis e outros (*);	32,00	4,80
Administração, locação de bens móveis (*);	32,00	4,80
Administração de consórcios e de bens duráveis (*);	32,00	4,80
Cessão de direitos de qualquer natureza (*);	32,00	4,80
Construção por administração ou empreitada de mão-de-obra (*);	32,00	4,80

* Para as pessoas jurídicas exclusivamente prestadoras de serviços, exceto as que prestam serviços hospitalares e as sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada, cuja receita bruta anual não ultrapassar a R\$ 120.000,00, o percentual a ser considerado na apuração do lucro presumido será de 16% (dezesesseis por cento) sobre a receita bruta de cada trimestre (Decreto nº. 3.000 de 26 de março de 1999, art. 519, § 4º).

Fonte: CONSTÂNCIO (2006, p. 26)

Destaca-se que se a empresa ultrapassar R\$ 120.000,00 o percentual retroagirá a 32% (trinta e dois por cento) para todo o ano.

Conforme o art. 541 do Decreto nº. 3.000 de 26 de março de 1999 a alíquota do imposto de renda que incidirá sobre a base de cálculo é de 15% (quinze por cento). Sobre a parcela da presunção do lucro que exceder ao valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em cada trimestre, será calculado adicional de imposto de renda na alíquota de 10% (dez por cento). O valor do imposto e do adicional deverão ser recolhidos integralmente, não sendo admitidas quaisquer deduções. Na hipótese do período ser inferior a três meses, deverá ser considerado para fins do adicional o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) multiplicado pelo número de meses do período. As empresas tributadas pelo Lucro Presumido passaram a pagar o adicional do IR através da Lei nº. 9.249, de 1995, art. 3º, § 1º, posteriormente alterada pela Lei nº. 9.430/96, art. 4º.

2.9.3 Contribuição Social

A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi instituída pela Lei nº. 7.689/1998. Aplica-se à CSLL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o IRPJ, mantidas base de cálculo e as alíquotas da legislação em vigor (Lei nº. 8.981, de 1995, art. 57).

Desta forma, além do IRPJ, a pessoa jurídica optante pelo Lucro Presumido deverá recolher a CSLL. Sendo que ambos os tributos deverão ser recolhidos pelo mesmo sistema de tributação, não sendo possível, por exemplo, a empresa optar por recolher o IRPJ pelo Lucro Presumido e a CSLL pelo Lucro Real.

Diferentemente o IRPJ, a CSLL a partir de 01.09.2003, por força do art. 22 da Lei nº. 10.684/2003, terá sua presunção definida em 12% (doze por cento) sobre a receita bruta para atividades comerciais, industriais, serviços hospitalares e de transporte e 32% (trinta e dois por cento) para empresas prestadoras de serviços em geral; intermediação de negócios; administração, locação ou cessão e bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza.

Segundo a Instrução Normativa (IN) nº. 104/98, a empresa que apurar o IRPJ no Lucro Presumido segundo o regime de caixa, deverá proceder ao cálculo da tributação pela CSLL também pelo regime de caixa. No caso de ter optado pela tributação do IRPJ pelo regime de competência, fará a apuração da CSLL segundo

este regime. Ou seja, a escolha entre regime de caixa e regime de competência, no IRPJ, vincula a forma de apuração da CSLL.

A alíquota a ser aplicada sobre a base de cálculo será correspondente a 9% (nove por cento), conforme estabelecido na Medida Provisória (MP) nº. 1.858-10/99 em seu artigo 6º.

2.9.4 PIS e COFINS

Pelo regime do Lucro Presumido, a base de cálculo do PIS e COFINS devidas pelas pessoas jurídicas de direito privado, é o faturamento do mês, que corresponde a receita bruta.

Entende-se por receita bruta a totalidade das receitas auferidas, sendo irrelevantes o tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica e a classificação contábil adotada para as receitas, consideradas as exclusões, deduções e isenções permitidas pela legislação (Lei nº. 9.718, de 1998, arts. 2 e 3; Lei nº. 10.637, de 2002, art. 1; e Lei nº. 10.883, de 2003, art. 1).

De acordo com Souza Neves (1997, p. 79), “o Programa de Integração Social (PIS), criado pela LC nº. 7/1970 e recepcionado pela CF, em seu art. 239, destina-se a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas.”

Arrecadado pela Secretaria da Receita Federal, o PIS, sendo de natureza tributária, tem por objetivo financiar o pagamento do seguro desemprego e o abono para trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. É uma contribuição social, devida pelas empresas de direito privado, excluindo as MPE optantes pelo Simples Nacional.

Conforme Oliveira et. al. (2005, p. 234), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) foi criada com a finalidade de financiar a seguridade social pela Lei Complementar nº. 70/1991 e Lei nº. 8.812/91.

Ainda, de acordo com Oliveira et al. (2005. p. 235), a alíquota para o PIS neste regime tributário é de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e para a COFINS é de 3,00% (três por cento). O PIS é também uma contribuição social que incide sobre a mesma base de cálculo da COFINS, ou seja, o faturamento.

2.9.5 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de ora em diante denominado simplesmente ISS, no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina é regulamentado pelo Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003.

O ISS em Florianópolis será recolhido da seguinte forma:

- 1) ISS que será pago pela prestação do serviço.

Quadro 7 – Alíquotas para o cálculo do ISS Normal.

SERVIÇOS RELACIONADOS	Alíquotas
Serviços de saúde; assistência médica; e congêneres.	2,00%
Serviços de transporte de natureza municipal. (*)	2,00%
Serviços de limpeza; hospedagem, turismo; representação; seleção e colocação de mão-de-obra.	2,50%
Serviços relativos a engenharia; arquitetura; geologia; urbanismo, construção civil; manutenção; limpeza; meio ambiente; saneamento e congêneres.	3,00%
Serviços de educação, ensino; orientação pedagógica e educacional; instrução; treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	3,00%
Demais serviços.	5,00%

* Com a exceção no caso de serviços realizados com transporte público municipal, cuja alíquota é de 0,01%.

Fonte: Adaptado pelo autor conforme Regulamento do ISS de Florianópolis. (Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003).

- 2) Quando o serviço for prestado sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será fixo e anual, estabelecido em função do grau de escolaridade, atualmente temos a seguinte tabela:

Quadro 8 – Valores definidos para determinar o ISS Fixo.

Grau de Escolaridade dos Profissionais	ISS em Reais por Ano
Superior	583,62
Médio	291,81
Fundamental e outros	90,00

Fonte: Adaptado pelo autor conforme o Regulamento do ISS de Florianópolis

3) Conforme o Art. 16, deste mesmo Decreto, a critério da autoridade administrativa, o imposto poderá ser calculado e recolhido por estimativa, nos seguintes casos:

- I – quando se tratar de estabelecimento de caráter temporário ou provisório;
- II – quando se tratar de estabelecimento de rudimentar organização;
- III – quando o nível de atividade econômica recomendar tal sistemática;
- IV – quando se tratar de estabelecimento cuja natureza da atividade imponha tratamento fiscal especial;
- V – quando se tratar de estabelecimento constituído sob a forma de sociedade simples.

- 4) O serviços prestados para órgãos da administração pública, serão retidos na fonte conforme Art. 25, do Decreto nº.2.154/03.
- 5) O Anexo IV, do Decreto nº. 2.154/03, traz a relação dos serviços que são recolhidos o ISS por substituição tributária.

De acordo com a LCM nº. 007/1997, o imposto é devido no local da prestação do serviço, sendo que, entende-se por local da prestação o lugar onde o serviço é realizado.

A base de cálculo do imposto é o preço do serviço, que é formado pela receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução, excetuados os descontos ou abatimentos concedidos independentemente de condição. Na falta de preço do serviço, ou não sendo ele desde logo conhecido, será adotado o preço corrente na praça do prestador.

2.9.6 ICMS

O Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) é de competência dos Estados e do Distrito Federal, ou seja, somente os Governos dos Estados do Brasil e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo (Art. 55, alínea II, da Constituição de 1988).

A legislação em vigor considera como contribuinte qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que se iniciem no exterior.

A base de cálculo de modo geral, é o valor da operação com mercadorias, incluindo importâncias acessórias, tais como seguros e fretes pagos pelo comprador, excluídos os descontos incondicionais.

Para os destinatários contribuintes, cuja razão social ou denominação indicar que o produto adquirido se destinará à comercialização ou à industrialização, a base de cálculo do ICMS não integra o valor do IPI, ao passo que nas demais operações, para destinatários contribuintes, em que a atividade não esteja explícita em sua razão social ou denominação, a base de cálculo do ICMS deve contemplar o valor do IPI.

Entretanto, quando a operação for efetivada com produto não destinado à industrialização ou à comercialização e/ou ainda entre contribuintes e não contribuintes, o IPI deverá ser incluído na base de cálculo do ICMS.

Fica a cargo do Senado Federal fixar as alíquotas interestaduais e de exportação do ICMS, além de poder estabelecer alíquotas internas mínimas e máximas. Essas alíquotas são diferenciadas entre os Estados, prevalecendo as seguintes:

- 7% (sete por cento) em operações ou prestações interestaduais com Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e 12% (doze por cento) para demais regiões;

- 18% (dezoito por cento) nas operações internas e importações em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e 17% (dezessete por cento) nos demais estados;
- 7% (sete por cento) nas operações com produtos da cesta básica; e
- 25% (vinte e cinco por cento) em operações internas, interestaduais e importações de perfumes, cosméticos, cigarros, armas e munições, bebidas alcoólicas etc.

Para fins do ICMS, as regiões são compostas pelas seguintes unidades da Federação:

- Região Norte: estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
- Região Nordeste: estados do Ceará, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.
- Região Centro-Oeste: estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.
- Região Sudeste: estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.
- Região Sul: estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por determinação constitucional, o ICMS é um imposto não-cumulativo. Do imposto devido em cada operação será abatido o valor pago na operação anterior.

2.9.7 IPI

O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de competência da União, pode ser classificado como extrafiscal, ou seja, com função arrecadatória de controle de economia. A Constituição Federal (1988) define o IPI em seu Art. 153:

Compete à União instituir impostos sobre: [...]

IV – Produtos industrializados;

§ 3º – O imposto previsto no inciso IV;

I – será seletivo, em função da essencialidade do produto;

II – será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação com o montante cobrado nas anteriores;

III – não incidirá sobre produtos industrializados destinados no exterior; [...]

Referir-se ao IPI como sendo não-cumulativo significa que o imposto poderá incidir várias vezes sobre a mesma mercadoria nas várias etapas de um processo econômico. É estabelecido que o contribuinte abata, em cada operação tributada, o montante do imposto já pago nas operações anteriores.

Nossa Constituição direciona o princípio da seletividade de forma impositiva para o IPI, sendo o imposto cobrado em função da essencialidade do produto.

O CTN, em seu Art. 51, define quem são os contribuintes do IPI:

- I – o importador ou quem a lei a ele equiparar;
- II – o industrial ou quem a lei a ele equiparar;
- III – o comerciante de produtos sujeitos ao imposto que os forneça aos contribuintes definidos nos itens anteriores; e
- IV – o arrematante em leilão de produtos apreendidos ou abandonados, levados a leilão.

Ainda em seu art. 46 o CTN define que o IPI tem como fato gerador:

- a) O seu desembaraço aduaneiro, quando de procedência estrangeira;
- b) A sua saída dos estabelecimentos industriais ou equiparados; e
- c) A sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.

A base de cálculo do IPI definida pela legislação infraconstitucional é, em regra geral, o valor da operação por qual a mercadoria deixa o estabelecimento do industrial ou do comerciante a ele equiparado, normalmente acobertando um negócio juridicamente econômico, ou seja, uma operação de compra e venda.

Já no caso de importação, a base de cálculo do IPI é acrescida do valor do imposto sobre importação e das despesas aduaneiras efetivamente pagas, necessárias ao desembaraço das mercadorias.

As alíquotas do IPI variam e estão relacionadas na tabela de incidência do IPI (Tabela do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI), de acordo com a classificação fiscal do produto. Essa classificação fiscal está ligada a uma das características desse imposto, seletividade, ou seja, em razão inversa de imprescindibilidade dos produtos de consumo. Por ser um imposto seletivo, os produtos considerados como de maior essencialidade ou necessidade serão tributados a uma alíquota menor ou até considerados como isentos, ao contrário daqueles produtos menos essenciais ou nocivos a saúde, como o cigarro e o álcool, que serão tributados a uma alíquota maior.

O IPI é acrescido ao preço e cobrado do consumidor, portanto, o imposto a este pertence. Já o fabricante ou comerciante a ele equiparado não suporta o ônus financeiro do tributo, tendo apenas a obrigação de calcular e cobrar do consumidor, que é o contribuinte de fato, e fazer o recolhimento da parcela devida para a Secretaria da Receita Federal.

2.9.8 Previdência Social

Além dos tributos aplicados sobre o faturamento, também há aqueles que são calculados sobre a folha de pagamento. Para as empresas enquadradas no Lucro Presumido, deverá ser de caráter obrigatório para o empregador o INSS patronal. Ele é calculado através da alíquota de 20% (vinte por cento) sobre os salários brutos dos empregados, incluindo os pró-labores dos sócios administradores. E deve ser acrescido pela alíquota da contribuição de terceiros, que é repassado para órgãos e fundos como o (Salário Educação, INCRA, SESC, SENAC, SESI, SEBRAE, DPC, Fundo Aeroviário, SENAR, SEST E SENAT), através do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) conforme discriminado no Quadro 9. (Boletim COAD, 2007, p. 3).

Quadro 9 – Valores definidos para determinar o INSS.

ALÍQUOTAS (%)									TOTAL
Atividade	FPAS	Sal.-educ.	INCRA	SENAI	SESI	SENAC	SESC	SEBRAE	Alíquota
Indústria	507	2,50	0,20	1,00	1,50			0,60	5,80
Comércio Varejista	515	2,50	0,20			1,00	1,50	0,60	5,80
Estabelecimento de Ensino	574	2,50	0,20				1,50	0,30	4,50
Empreiteira	566	2,50	0,20				1,50	0,30	4,50
Academia		2,50	0,20				1,50	0,30	4,50

Fonte: Adaptado pelo autor, de acordo com Boletim COAD (2007, p. 3)

Outro acréscimo ao INSS é a Contribuição para Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) que de acordo com o Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa do trabalho (GIL) pode variar entre 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3%, dependendo do grau de risco da atividade exercida pela empresa.

2.9.9 FGTS

O FGTS aplica-se às pessoas jurídicas optantes pelo Lucro Presumido, os mesmo percentuais de depósitos aplicados às Micro Empresas, conforme descrito no item 2.8.6 desta pesquisa.

3 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo, com o intuito de elaborar um planejamento tributário, realiza-se o cálculo da carga tributária para uma empresa de cada anexo do Simples Nacional, comparando os resultados com os obtidos pelo sistema Lucro Presumido. Por fim, realiza-se uma análise dos resultados apresentados afim de se concluir qual a melhor opção para cada empresa, Simples Nacional ou o Lucro Presumido. Essas empresas serão tratadas por razões sociais fictícias e os valores deste estudo serão projetados para o ano de 2009.

Será considerado como faturamento de 2008 o total de R\$ 2.150.000,00 (dois milhões e cento e cinquenta mil reais) conforme tabela 1:

Tabela 1 – Faturamento de 2008 e 2009.

Mês	FATURAMENTO DE 2008		FATURAMENTO DE 2009	
	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses
Janeiro	R\$ 182.000,00	R\$ 182.000,00	R\$ 203.000,00	R\$ 2.150.000,00
Fevereiro	R\$ 185.000,00	R\$ 367.000,00	R\$ 201.000,00	R\$ 2.171.000,00
Março	R\$ 190.000,00	R\$ 557.000,00	R\$ 194.000,00	R\$ 2.187.000,00
Abril	R\$ 183.000,00	R\$ 740.000,00	R\$ 194.000,00	R\$ 2.191.000,00
Maio	R\$ 179.000,00	R\$ 919.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 2.202.000,00
Junho	R\$ 177.000,00	R\$ 1.096.000,00	R\$ 179.000,00	R\$ 2.210.000,00
Julho	R\$ 174.000,00	R\$ 1.270.000,00	R\$ 181.000,00	R\$ 2.212.000,00
Agosto	R\$ 169.000,00	R\$ 1.439.000,00	R\$ 188.000,00	R\$ 2.219.000,00
Setembro	R\$ 171.000,00	R\$ 1.610.000,00	R\$ 193.000,00	R\$ 2.238.000,00
Outubro	R\$ 176.000,00	R\$ 1.786.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 2.260.000,00
Novembro	R\$ 178.000,00	R\$ 1.964.000,00	R\$ 195.000,00	R\$ 2.271.000,00
Dezembro	R\$ 186.000,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 198.000,00	R\$ 2.288.000,00
TOTAL	R\$ 2.150.000,00	-	R\$ 2.300.000,00	-

Fonte: Elaborada pelo autor.

Será considerado como faturamento de 2009 o total de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais) conforme tabela 2:

Será considerado Folha de Pagamento e Pró-Labore para o ano de 2008 os seguintes valores conforme tabela 2:

Tabela 2 – Folha de pagamento de 2008 e 2009.

Mês	FOLHA DE PAGAMENTO 2008		FOLHA DE PAGAMENTO 2009	
	Salários	Pró-labore	Salários	Pró-labore
Janeiro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 81.200,00	R\$ 12.000,00
Fevereiro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 80.400,00	R\$ 12.000,00
Março	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 77.600,00	R\$ 12.000,00
Abril	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 77.600,00	R\$ 12.000,00
Maio	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 74.800,00	R\$ 12.000,00
Junho	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 71.600,00	R\$ 12.000,00
Julho	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 72.400,00	R\$ 12.000,00
Agosto	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 75.200,00	R\$ 12.000,00
Setembro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 77.200,00	R\$ 12.000,00
Outubro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 74.800,00	R\$ 12.000,00
Novembro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 78.000,00	R\$ 12.000,00
Dezembro	R\$ 73.080,00	R\$ 11.500,00	R\$ 79.200,00	R\$ 12.000,00
TOTAL	R\$ 876.960,00	R\$ 138.000,00	R\$ 920.000,00	R\$ 144.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

3.1 COMERCIAL LTDA (ANEXO I)

A primeira empresa a ser tratada é a Comercial Ltda, essa empresa atua no comércio de roupas femininas, com faturamento anual de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

A empresa não possui nas suas características impedimentos tanto para o Simples Nacional quanto para o Lucro Presumido. Dessa forma, são apresentados os cálculos realizados da carga tributária desta empresa pelo Simples Nacional e pelo Lucro Presumido. Para que posteriormente se realizem as comparações necessárias entre estas duas formas de tributação.

3.1.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009

A seguir é demonstrado o demonstrativo do cálculo do Simples Nacional.

Tabela 3 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Comercial Ltda				
Mês	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses	Alíquota	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 2.150.000,00	11,42%	R\$ 23.182,60
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 2.171.000,00	11,51%	R\$ 23.135,10
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 2.187.000,00	11,51%	R\$ 22.329,40
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 2.191.000,00	11,51%	R\$ 22.329,40
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 2.202.000,00	11,51%	R\$ 21.523,70
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 2.210.000,00	11,51%	R\$ 20.602,90
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 2.212.000,00	11,51%	R\$ 20.833,10
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 2.219.000,00	11,51%	R\$ 21.638,80
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 2.238.000,00	11,51%	R\$ 22.214,30
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 2.260.000,00	11,51%	R\$ 21.523,70
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 2.271.000,00	11,51%	R\$ 22.444,50
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 2.288.000,00	11,61%	R\$ 22.987,80
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	-	-	R\$ 264.745,30

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na tabela 3, as alíquotas para o cálculo do imposto Simples Nacional foram encontradas através dos valores das somas dos últimos doze meses de faturamentos mensais.

A carga tributária da empresa Comercial Ltda pelo regime tributário do Simples Nacional sobre o faturamento foi de R\$ 264.745,30 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) durante os meses de janeiro a dezembro de 2009. Essa carga representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

A seguir na tabela 4 apresenta-se a despesa com folha e os encargos incidentes.

Tabela 4 – Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 - Comercial Ltda				
Mês	Salários	13º Salário	FGTS	Total Folha
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 6.496,00	R\$ 94.462,67
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 6.432,00	R\$ 93.532,00
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 6.208,00	R\$ 90.274,67
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 6.208,00	R\$ 90.274,67
Maio	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 5.984,00	R\$ 87.017,33
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 5.728,00	R\$ 83.294,67
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 5.792,00	R\$ 84.225,33
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 6.016,00	R\$ 87.482,67
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 6.176,00	R\$ 89.809,33
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 5.984,00	R\$ 87.017,33
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 6.240,00	R\$ 90.740,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 6.336,00	R\$ 92.136,00
Férias	R\$ 25.553,00	-	R\$ 2.044,24	R\$ 27.597,24
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 75.644,24	R\$ 1.097.863,91

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota-se que o único imposto que incide sobre a folha da empresa Comercial Ltda é o FGTS, pois a despesa com INSS já está incluída no valor do Simples Nacional.

Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento) sobre a folha e o décimo terceiro proporcional.

Na tabela 4, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro proporcional, calculados na base de um doze avos dos salários pagos a cada mês, e as férias dos meses de janeiro a dezembro de 2009, calculado aplicando um terço sobre a média dos salários pagos em 2009.

Tabela 5 – Total de Tributos pelo Simples Nacional – Comercial Ltda.

Total de Tributos pelo Simples Nacional – Comercial Ltda			
Mês	Simples Nacional	FGTS	Tributo Totais
Janeiro	R\$ 23.182,60	R\$ 7.037,33	R\$ 30.219,93
Fevereiro	R\$ 23.135,10	R\$ 6.968,00	R\$ 30.103,10
Março	R\$ 22.329,40	R\$ 6.725,33	R\$ 29.054,73
Abril	R\$ 22.329,40	R\$ 6.725,33	R\$ 29.054,73
Maio	R\$ 21.523,70	R\$ 6.482,67	R\$ 28.006,37
Junho	R\$ 20.602,90	R\$ 6.205,33	R\$ 26.808,23
Julho	R\$ 20.833,10	R\$ 6.274,67	R\$ 27.107,77
Agosto	R\$ 21.638,80	R\$ 6.517,33	R\$ 28.156,13
Setembro	R\$ 22.214,30	R\$ 6.690,67	R\$ 28.904,97
Outubro	R\$ 21.523,70	R\$ 6.482,67	R\$ 28.006,37
Novembro	R\$ 22.444,50	R\$ 6.760,00	R\$ 29.204,50
Dezembro	R\$ 22.987,80	R\$ 6.864,00	R\$ 29.851,80
Férias	-	R\$ 2.044,24	R\$ 2.044,24
TOTAL	R\$ 264.745,30	R\$ 81.777,57	R\$ 346.522,87

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional, a empresa Comercial Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 346.522,87 (trezentos e quarenta e seis mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta e sete centavos). É relevante lembrar, que esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

3.1.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009

O Lucro Presumido é um regime de tributação em que a base de cálculo do IR e da CSLL são obtidas por meio da aplicação de um percentual definido em lei, sobre a receita bruta. Como o próprio nome já diz, trata-se de uma presunção de

lucro, essa presunção servirá de base de cálculo do IR e da CSLL, independentemente de a empresa ter apurado lucro ou prejuízo no trimestre de apuração.

É importante destacar que a base de cálculo presumida servirá somente para determinação dos valores a pagar de IR e CSLL, sendo os demais tributos calculados diretamente pela receita bruta. Para fins de comparação entre o Lucro Presumido e o Simples Nacional, foram levantados na empresa os valores apurados durante o exercício de 2009, referentes aos tributos Federais e Estaduais.

Tabela 6 – Cálculo do IRPJ trimestral para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo do IRPJ trimestral para 2009 – Comercial Ltda					
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	IRPJ	Adicional IRPJ	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	-	-	-	-
Fevereiro	R\$ 201.000,00	-	-	-	-
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 47.840,00	R\$ 7.176,00	-	R\$ 7.176,00
Abril	R\$ 194.000,00	-	-	-	-
Maio	R\$ 187.000,00	-	-	-	-
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 44.800,00	R\$ 6.720,00	-	R\$ 6.720,00
Julho	R\$ 181.000,00	-	-	-	-
Agosto	R\$ 188.000,00	-	-	-	-
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 44.960,00	R\$ 6.744,00	-	R\$ 6.744,00
Outubro	R\$ 187.000,00	-	-	-	-
Novembro	R\$ 195.000,00	-	-	-	-
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 46.400,00	R\$ 6.960,00	-	R\$ 6.960,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 184.000,00	R\$ 27.600,00	-	R\$ 27.600,00

Fonte: Elaborada pelo autor

O IRPJ foi calculado neste caso trimestralmente, aplicando sobre o faturamento trimestral para definição da base de cálculo e alíquota competente a empresa Comercial Ltda, resultando portanto no percentual de 8% (oito por cento).

O valor do imposto corresponde à 15% (quinze por cento) da base de cálculo, e pode-se observar que não ocorreu nenhuma adição ou exclusão no Lucro apurado.

Tabela 7 – Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Comercial Ltda				
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	CSLL	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	-	-	-
Fevereiro	R\$ 201.000,00	-	-	-
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 71.760,00	R\$ 6.458,40	R\$ 6.458,40
Abril	R\$ 194.000,00	-	-	-
Maiο	R\$ 187.000,00	-	-	-
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 67.200,00	R\$ 6.048,00	R\$ 6.048,00
Julho	R\$ 181.000,00	-	-	-
Agosto	R\$ 188.000,00	-	-	-
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 67.440,00	R\$ 6.069,60	R\$ 6.069,60
Outubro	R\$ 187.000,00	-	-	-
Novembro	R\$ 195.000,00	-	-	-
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 69.600,00	R\$ 6.264,00	R\$ 6.264,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 276.000,00	R\$ 24.840,00	R\$ 24.840,00

Fonte: Elaborada pelo autor

A CSLL foi calculada também trimestralmente aplicando sobre o faturamento trimestral para a definição da base de cálculo da alíquota competente a empresa Comercial Ltda, ou seja, 12% (doze por cento). Assim, como o IRPJ, a CSLL não sofreu adição ou exclusão na sua apuração, sendo aplicada diretamente sobre a base de cálculo a alíquota de 9% (nove por cento).

Tabela 8 – Cálculo do PIS e COFINS para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo do PIS e COFINS trimestral para 2009 – Comercial Ltda					
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	PIS	COFINS	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 203.000,00	R\$ 1.319,50	R\$ 6.090,00	R\$ 7.409,50
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 201.000,00	R\$ 1.306,50	R\$ 6.030,00	R\$ 7.336,50
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	R\$ 1.261,00	R\$ 5.820,00	R\$ 7.081,00
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	R\$ 1.261,00	R\$ 5.820,00	R\$ 7.081,00
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 1.215,50	R\$ 5.610,00	R\$ 6.825,50
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.000,00	R\$ 1.163,50	R\$ 5.370,00	R\$ 6.533,50
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 181.000,00	R\$ 1.176,50	R\$ 5.430,00	R\$ 6.606,50
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00	R\$ 1.222,00	R\$ 5.640,00	R\$ 6.862,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 193.000,00	R\$ 1.254,50	R\$ 5.790,00	R\$ 7.044,50
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	R\$ 1.215,50	R\$ 5.610,00	R\$ 6.825,50
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00	R\$ 1.267,50	R\$ 5.850,00	R\$ 7.117,50
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00	R\$ 1.287,00	R\$ 5.940,00	R\$ 7.227,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00	R\$ 14.950,00	R\$ 69.000,00	R\$ 83.950,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Os tributos Federais PIS e COFINS foram calculados conforme dispõe a legislação para os estabelecimentos comerciais tributados pelo regime do Lucro Presumido, os percentuais de 0,65% (zero vírgula sessenta e cinco por cento) e 3% (três por cento) respectivamente, percentuais estes aplicados diretamente sobre o faturamento bruto mensal, que corresponde a totalidade das receitas auferidas.

Os tributos PIS e COFINS são apurados mensalmente e o pagamento é feito no mês subsequente ao mês de apuração.

Tabela 9 – Cálculo do ICMS Normal para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo do ICMS Normal para 2009 - Comercial Ltda					
Mês	Receita Bruta	Entrada de Mercadorias	Base de Cálculo	Alíquota	Valor a Recolher
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 119.770,00	R\$ 83.230,00	17,00%	R\$ 14.149,10
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 110.550,00	R\$ 90.450,00	17,00%	R\$ 15.376,50
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 114.460,00	R\$ 79.540,00	17,00%	R\$ 13.521,80
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 106.700,00	R\$ 87.300,00	17,00%	R\$ 14.841,00
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 110.330,00	R\$ 76.670,00	17,00%	R\$ 13.033,90
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 98.450,00	R\$ 80.550,00	17,00%	R\$ 13.693,50
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 106.790,00	R\$ 74.210,00	17,00%	R\$ 12.615,70
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 103.400,00	R\$ 84.600,00	17,00%	R\$ 14.382,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 113.870,00	R\$ 79.130,00	17,00%	R\$ 13.452,10
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 102.850,00	R\$ 84.150,00	17,00%	R\$ 14.305,50
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 115.050,00	R\$ 79.950,00	17,00%	R\$ 13.591,50
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 108.900,00	R\$ 89.100,00	17,00%	R\$ 15.147,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 1.311.120,00	R\$ 988.880,00	-	R\$ 168.109,60

Fonte: Elaborada pelo autor

Nesta tabela utilizam-se as alíquotas dispostas no art. 26, inciso I do decreto nº. 2.870/01, sendo o valor do ICMS calculado pela diferença entre o faturamento e as entradas de mercadorias, que resultou na base de cálculo, aplicando-se a alíquota de 17% (dezessete por cento).

A maioria dos fornecedores não é optante do Simples Nacional, dessa forma houve beneficiamento de crédito de ICMS. A alíquota de 17% (dezessete por cento) foi utilizada para o cálculo do crédito de ICMS, pois os fornecedores na sua maioria são do Estado de Santa Catarina.

Tabela 10 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Comercial Ltda.

Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Comercial Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 25.975,07	R\$ 7.037,33	R\$ 126.212,40
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.742,80	R\$ 6.968,00	R\$ 125.110,80
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.929,87	R\$ 6.725,33	R\$ 121.255,20
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.929,87	R\$ 6.725,33	R\$ 121.255,20
Maio	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.116,93	R\$ 6.482,67	R\$ 117.399,60
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.187,87	R\$ 6.205,33	R\$ 112.993,20
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 23.420,13	R\$ 6.274,67	R\$ 114.094,80
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.233,07	R\$ 6.517,33	R\$ 117.950,40
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.813,73	R\$ 6.690,67	R\$ 120.704,40
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.116,93	R\$ 6.482,67	R\$ 117.399,60
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.046,00	R\$ 6.760,00	R\$ 121.806,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.394,40	R\$ 6.864,00	R\$ 123.458,40
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 6.848,20	R\$ 2.044,24	-
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 273.954,87	R\$ 81.777,57	R\$ 1.439.640,00

Fonte: Elaborada pelo autor

Na tabela 10, são demonstrados os valores da folha de pagamento, o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 26,8% (vinte e seis vírgula oito por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 1% (um por cento) de Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa (GIL) decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT), mais as Contribuições de Terceiros de 5,8% (cinco vírgula oito por cento), sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês. Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Tabela 11 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Comercial Ltda.

Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Comercial Ltda								
Mês	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	INSS	FGTS	ICMS	Tributos Totais
Janeiro	-	-	1.319,50	6.090,00	24.831,50	7.037,33	14.149,10	52.216,20
Fevereiro	-	-	1.306,50	6.030,00	24.610,50	6.968,00	15.376,50	53.092,20
Março	7.176,00	6.458,40	1.261,00	5.820,00	23.837,00	6.725,33	13.521,80	63.642,00
Abril	-	-	1.261,00	5.820,00	23.837,00	6.725,33	14.841,00	51.326,80
Maiο	-	-	1.215,50	5.610,00	23.063,50	6.482,67	13.033,90	48.289,80
Junho	6.720,00	6.048,00	1.163,50	5.370,00	22.179,50	6.205,33	13.693,50	60.311,80
Julho	-	-	1.176,50	5.430,00	22.400,50	6.274,67	12.615,70	46.817,40
Agosto	-	-	1.222,00	5.640,00	23.174,00	6.517,33	14.382,00	48.813,60
Setembro	6.744,00	6.069,60	1.254,50	5.790,00	23.726,50	6.690,67	13.452,10	62.575,80
Outubro	-	-	1.215,50	5.610,00	23.063,50	6.482,67	14.305,50	49.561,40
Novembro	-	-	1.267,50	5.850,00	23.947,50	6.760,00	13.591,50	50.253,00
Dezembro	6.960,00	6.264,00	1.287,00	5.940,00	24.279,00	6.864,00	15.147,00	65.559,60
Férias	-	-	-	-	6.516,02	2.044,24	-	8.892,44
TOTAL	27.600,00	24.840,00	14.950,00	69.000,00	273.954,87	81.777,57	168.109,60	660.232,04

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Lucro Presumido, a empresa Comercial Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 660.232,04 (seiscentos e sessenta mil, duzentos e trinta e dois reais e quatro centavos). É relevante lembrar, que esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade

3.2 INDUSTRIAL LTDA (ANEXO II)

A Industrial Ltda é uma empresa de produção de peças fundidas de metais, com faturamento anual de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

3.2.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009

Tabela 12 – Cálculo do Simples Nacional 2009 – Industrial Ltda.

Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Industrial Ltda				
Mês	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses	Alíquota	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 2.150.000,00	11,92%	R\$ 24.197,60
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 2.171.000,00	12,01%	R\$ 24.140,10
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 2.187.000,00	12,01%	R\$ 23.299,40
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 2.191.000,00	12,01%	R\$ 23.299,40
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 2.202.000,00	12,01%	R\$ 22.458,70
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 2.210.000,00	12,01%	R\$ 21.497,90
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 2.212.000,00	12,01%	R\$ 21.738,10
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 2.219.000,00	12,01%	R\$ 22.578,80
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 2.238.000,00	12,01%	R\$ 23.179,30
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 2.260.000,00	12,01%	R\$ 22.458,70
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 2.271.000,00	12,01%	R\$ 23.419,50
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 2.288.000,00	12,11%	R\$ 23.977,80
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	-	-	R\$ 276.245,30

Fonte: Elaborada pelo autor

Na tabela 12, as alíquotas para o cálculo do imposto pelo Simples Nacional foram encontradas através dos valores das somas dos últimos doze meses de faturamentos mensais.

A carga tributária da empresa Industrial Ltda pelo regime tributário do Simples Nacional sobre o faturamento foi de R\$ 276.245,30 (duzentos e setenta e seis mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos) durante os meses de janeiro a dezembro de 2009. Essa carga representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

A despesa com folha e encargos incidentes sobre ela é a mesma da empresa Comercial Ltda, pois nas duas a alíquota do Simples já engloba o INSS.

Tabela 13 – Total de Tributos pelo Simples Nacional – Industrial Ltda.

Total de Tributos pelo Simples Nacional – Industrial Ltda			
Mês	Simples Nacional	FGTS	Tributo Totais
Janeiro	R\$ 24.197,60	R\$ 7.037,33	R\$ 31.234,93
Fevereiro	R\$ 24.140,10	R\$ 6.968,00	R\$ 31.108,10
Março	R\$ 23.299,40	R\$ 6.725,33	R\$ 30.024,73
Abril	R\$ 23.299,40	R\$ 6.725,33	R\$ 30.024,73
Maio	R\$ 22.458,70	R\$ 6.482,67	R\$ 28.941,37
Junho	R\$ 21.497,90	R\$ 6.205,33	R\$ 27.703,23
Julho	R\$ 21.738,10	R\$ 6.274,67	R\$ 28.012,77
Agosto	R\$ 22.578,80	R\$ 6.517,33	R\$ 29.096,13
Setembro	R\$ 23.179,30	R\$ 6.690,67	R\$ 29.869,97
Outubro	R\$ 22.458,70	R\$ 6.482,67	R\$ 28.941,37
Novembro	R\$ 23.419,50	R\$ 6.760,00	R\$ 30.179,50
Dezembro	R\$ 23.977,80	R\$ 6.864,00	R\$ 30.841,80
Férias	-	R\$ 2.044,24	R\$ 2.044,24
TOTAL	R\$ 276.245,30	R\$ 81.777,57	R\$ 358.022,87

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional, a empresa Industrial Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 358.022,87 (trezentos e cinqüenta e oito mil, vinte e dois reais e oitenta e sete centavos). É relevante lembrar, que esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

3.2.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009

Tabela 14 – Cálculo do IPI para 2009 – Industrial Ltda.

Cálculo do IPI para 2009 – Industrial Ltda					
Mês	Receita Bruta	Entrada de Mercadorias	Base de Cálculo	Alíquota	Valor a Recolher
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 119.770,00	R\$ 167.069,00	15,00%	R\$ 25.060,35
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 110.550,00	R\$ 167.835,00	15,00%	R\$ 25.175,25
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 114.460,00	R\$ 159.662,00	15,00%	R\$ 23.949,30
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 106.700,00	R\$ 161.990,00	15,00%	R\$ 24.298,50
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 110.330,00	R\$ 153.901,00	15,00%	R\$ 23.085,15
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 98.450,00	R\$ 149.465,00	15,00%	R\$ 22.419,75
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 106.790,00	R\$ 148.963,00	15,00%	R\$ 22.344,45
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 103.400,00	R\$ 156.980,00	15,00%	R\$ 23.547,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 113.870,00	R\$ 158.839,00	15,00%	R\$ 23.825,85
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 102.850,00	R\$ 156.145,00	15,00%	R\$ 23.421,75
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 115.050,00	R\$ 160.485,00	15,00%	R\$ 24.072,75
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 108.900,00	R\$ 165.330,00	15,00%	R\$ 24.799,50
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 1.311.120,00	R\$ 1.906.664,00	-	R\$ 285.999,60

Fonte: Elaborada pelo autor.

No cálculo do IPI para 2009 da empresa Industrial Ltda foram utilizadas as alíquotas dispostas na Tabela de Incidência do IPI (TIPI), sendo o valor do IPI calculado pela diferença entre o faturamento e o percentual de 100% das entradas de mercadorias, por essa empresa não comprar suas matérias-primas apenas de empresas contribuintes de IPI, que resultou na base de cálculo, aplicando-se a alíquota de 15% (quinze por cento).

A maioria dos fornecedores não é optante do Simples Nacional, dessa forma houve beneficiamento de crédito de IPI. A alíquota de 15% (quinze por cento) foi utilizada para o cálculo do crédito de IPI.

A seguir é apresentada os cálculos que demonstram a incidência de impostos sobre a folha de pagamento da empresa Industrial Ltda:

Tabela 15 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Industrial Ltda.

Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Industrial Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 27.734,40	R\$ 7.037,33	R\$ 134.738,40
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 27.484,80	R\$ 6.968,00	R\$ 133.552,80
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 26.611,20	R\$ 6.725,33	R\$ 129.403,20
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 26.611,20	R\$ 6.725,33	R\$ 129.403,20
Mai	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 25.737,60	R\$ 6.482,67	R\$ 125.253,60
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.739,20	R\$ 6.205,33	R\$ 120.511,20
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.988,80	R\$ 6.274,67	R\$ 121.696,80
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 25.862,40	R\$ 6.517,33	R\$ 125.846,40
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 26.486,40	R\$ 6.690,67	R\$ 128.810,40
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 25.737,60	R\$ 6.482,67	R\$ 125.253,60
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 26.736,00	R\$ 6.760,00	R\$ 129.996,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 27.110,40	R\$ 6.864,00	R\$ 131.774,40
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 7.359,26	R\$ 2.044,24	R\$ 34.956,50
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 315.840,00	R\$ 81.777,57	R\$ 1.536.240,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na tabela 15, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 28,8% (vinte e oito vírgula oito por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 3% (três por cento) de GIL RAT, mais Contribuições de Terceiros de 5,8% (cinco vírgula oito por cento), sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês. Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Os valores de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS são os mesmo da empresa Comercial Ltda, conforme tabela 16 da carga tributária total pelo Lucro Presumido, da empresa Industrial LTDA, diferenciando-se apenas pela inclusão dos valores do IPI.

Tabela 16 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Industrial Ltda.

Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Industrial Ltda									
Mês	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	INSS	FGTS	IPi	ICMS	Tributos Totais
Janeiro	-	-	1.319,50	6.090,00	25.785,60	6.496,00	25.060,35	14.149,10	78.900,55
Fevereiro	-	-	1.306,50	6.030,00	25.555,20	6.432,00	25.175,25	15.376,50	79.875,45
Março	7.176,00	6.458,40	1.261,00	5.820,00	24.748,80	6.208,00	23.949,30	13.521,80	89.143,30
Abril	-	-	1.261,00	5.820,00	24.748,80	6.208,00	24.298,50	14.841,00	77.177,30
Mai	-	-	1.215,50	5.610,00	23.942,40	5.984,00	23.085,15	13.033,90	72.870,95
Junho	6.720,00	6.048,00	1.163,50	5.370,00	23.020,80	5.728,00	22.419,75	13.693,50	84.163,55
Julho	-	-	1.176,50	5.430,00	23.251,20	5.792,00	22.344,45	12.615,70	70.609,85
Agosto	-	-	1.222,00	5.640,00	24.057,60	6.016,00	23.547,00	14.382,00	74.864,60
Setembro	6.744,00	6.069,60	1.254,50	5.790,00	24.633,60	6.176,00	23.825,85	13.452,10	87.945,65
Outubro	-	-	1.215,50	5.610,00	23.942,40	5.984,00	23.421,75	14.305,50	74.479,15
Novembro	-	-	1.267,50	5.850,00	24.864,00	6.240,00	24.072,75	13.591,50	75.885,75
Dezembro	6.960,00	6.264,00	1.287,00	5.940,00	25.209,60	6.336,00	24.799,50	15.147,00	91.943,10
Férias	-	-	-	-	7.359,26	2.044,24	-	-	9.403,50
TOTAL	27.600,00	24.840,00	14.950,00	69.000,00	301.119,26	81.777,57	285.999,60	168.109,60	973.396,04

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Lucro Presumido, a empresa Industrial Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 973.396,04 (novecentos e setenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e quatro centavos). É relevante lembrar, que esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade.

3.3 SERVIÇO I LTDA (ANEXO III)

A empresa de Serviço I Ltda é um estabelecimento de Ensino Fundamental, com faturamento anual de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

3.3.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009

Tabela 17 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Serviço I LTDA.

Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Serviço I Ltda				
Mês	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses	Alíquota	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 2.150.000,00	17,13%	R\$ 34.773,90
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 2.171.000,00	17,27%	R\$ 34.712,70
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 2.187.000,00	17,27%	R\$ 33.503,80
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 2.191.000,00	17,27%	R\$ 33.503,80
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 2.202.000,00	17,27%	R\$ 32.294,90
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 2.210.000,00	17,27%	R\$ 30.913,30
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 2.212.000,00	17,27%	R\$ 31.258,70
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 2.219.000,00	17,27%	R\$ 32.467,60
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 2.238.000,00	17,27%	R\$ 33.331,10
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 2.260.000,00	17,27%	R\$ 32.294,90
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 2.271.000,00	17,27%	R\$ 33.676,50
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 2.288.000,00	17,42%	R\$ 34.491,60
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	-	-	R\$ 397.222,80

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na tabela 17, as alíquotas para o cálculo do imposto Simples Nacional foram encontradas através dos valores das somas dos últimos doze meses de faturamentos mensais.

A carga tributária da empresa Serviço I Ltda pelo regime tributário do Simples Nacional sobre o faturamento foi de R\$ 397.222,80 (trezentos e noventa e sete mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta centavos) durante os meses de janeiro a dezembro de 2009. Essa carga representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

Tabela 18 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço I LTDA.

Total de Tributos pelo Simples Nacional – Serviço I Ltda			
Mês	Simples Nacional	FGTS	Tributo Totais
Janeiro	R\$ 34.773,90	R\$ 7.037,33	R\$ 41.811,23
Fevereiro	R\$ 34.712,70	R\$ 6.968,00	R\$ 41.680,70
Março	R\$ 33.503,80	R\$ 6.725,33	R\$ 40.229,13
Abril	R\$ 33.503,80	R\$ 6.725,33	R\$ 40.229,13
Maio	R\$ 32.294,90	R\$ 6.482,67	R\$ 38.777,57
Junho	R\$ 30.913,30	R\$ 6.205,33	R\$ 37.118,63
Julho	R\$ 31.258,70	R\$ 6.274,67	R\$ 37.553,37
Agosto	R\$ 32.467,60	R\$ 6.517,33	R\$ 38.984,93
Setembro	R\$ 33.331,10	R\$ 6.690,67	R\$ 40.021,77
Outubro	R\$ 32.294,90	R\$ 6.482,67	R\$ 38.777,57
Novembro	R\$ 33.676,50	R\$ 6.760,00	R\$ 40.436,50
Dezembro	R\$ 34.491,60	R\$ 6.864,00	R\$ 41.355,60
Férias	-	R\$ 2.044,24	R\$ 2.044,24
TOTAL	R\$ 397.222,80	R\$ 81.777,57	R\$ 479.000,37

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional, a empresa Serviço I Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 479.000,37 (quatrocentos e setenta e nove mil reais e trinta e sete centavos). Ressaltando que esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

3.3.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009

Tabela 19 – Cálculo do IRPJ trimestral para 2009 – Serviço I Ltda.

Cálculo do IRPJ para 2009 – Serviço I Ltda					
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	IRPJ	Adicional IRPJ	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	-	-	-	-
Fevereiro	R\$ 201.000,00	-	-	-	-
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 191.360,00	R\$ 28.704,00	R\$ 13.136,00	R\$ 41.840,00
Abril	R\$ 194.000,00	-	-	-	-
Maio	R\$ 187.000,00	-	-	-	-
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.200,00	R\$ 26.880,00	R\$ 11.920,00	R\$ 38.800,00
Julho	R\$ 181.000,00	-	-	-	-
Agosto	R\$ 188.000,00	-	-	-	-
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 179.840,00	R\$ 29.976,00	R\$ 11.984,00	R\$ 38.960,00
Outubro	R\$ 187.000,00	-	-	-	-
Novembro	R\$ 195.000,00	-	-	-	-
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 185.600,00	R\$ 27.840,00	R\$ 12.560,00	R\$ 40.400,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 736.000,00	R\$ 110.400,00	R\$ 49.600,00	R\$ 160.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor

O IRPJ foi calculado trimestralmente, aplicando sobre o faturamento trimestral para definição da base de cálculo e alíquota competente a empresa Serviço I Ltda, neste caso 32% (trinta e dois por cento).

O valor do imposto corresponde à 15% (quinze por cento) da base de cálculo, e pode-se observar que houve adicional de imposto sobre a parcela da base de cálculo que ultrapassou R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) que corresponde à 10% (dez por cento).

Tabela 20 – Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Serviço I Ltda.

Cálculo do CSLL trimestral para 2009 – Serviço I Ltda				
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	CSL	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	-	-	-
Fevereiro	R\$ 201.000,00	-	-	-
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 191.360,00	R\$ 17.222,40	R\$ 17.222,40
Abril	R\$ 194.000,00	-	-	-
Maio	R\$ 187.000,00	-	-	-
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.200,00	R\$ 16.128,00	R\$ 16.128,00
Julho	R\$ 181.000,00	-	-	-
Agosto	R\$ 188.000,00	-	-	-
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 179.840,00	R\$ 16.185,60	R\$ 16.185,60
Outubro	R\$ 187.000,00	-	-	-
Novembro	R\$ 195.000,00	-	-	-
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 185.600,00	R\$ 16.704,00	R\$ 16.704,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 736.000,00	R\$ 66.240,00	R\$ 66.240,00

Fonte: Elaborada pelo autor

A CSLL foi calculada também trimestralmente aplicando sobre o faturamento trimestral para a definição da base de cálculo da alíquota competente a empresa Serviço I Ltda, ou seja, 32% (trinta e dois por cento). Assim como o IRPJ, a CSLL não sofreu adição ou exclusão na sua apuração, sendo aplicada diretamente sobre a base de cálculo a alíquota de 9% (nove por cento).

Tabela 21 – Cálculo do ISS para 2009 – Serviço I Ltda.

Cálculo do ISS para 2009 – Serviço I Ltda				
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	Alíquota ISS	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 203.000,00	3,00%	R\$ 6.090,00
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 201.000,00	3,00%	R\$ 6.030,00
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	3,00%	R\$ 5.820,00
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	3,00%	R\$ 5.820,00
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	3,00%	R\$ 5.610,00
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.000,00	3,00%	R\$ 5.370,00
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 181.000,00	3,00%	R\$ 5.430,00
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00	3,00%	R\$ 5.640,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 193.000,00	3,00%	R\$ 5.790,00
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	3,00%	R\$ 5.610,00
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00	3,00%	R\$ 5.850,00
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00	3,00%	R\$ 5.940,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00	-	R\$ 69.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor

O imposto municipal ISS, foi calculado segundo alíquota fornecida pelo município de Florianópolis/SC, em conformidade com o Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003, que define a alíquota de 3,0% (três por cento) para serviços de educação, aplicada diretamente sobre a receita bruta.

Tabela 22 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço I Ltda.

Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço I Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.831,50	R\$ 7.037,33	R\$ 131.835,50
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 24.610,50	R\$ 6.968,00	R\$ 130.678,50
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.837,00	R\$ 6.725,33	R\$ 126.629,00
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.837,00	R\$ 6.725,33	R\$ 126.629,00
Maiο	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 23.063,50	R\$ 6.482,67	R\$ 122.579,50
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 22.179,50	R\$ 6.205,33	R\$ 117.951,50
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 22.400,50	R\$ 6.274,67	R\$ 119.108,50
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.174,00	R\$ 6.517,33	R\$ 123.158,00
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 23.726,50	R\$ 6.690,67	R\$ 126.050,50
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 23.063,50	R\$ 6.482,67	R\$ 122.579,50
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 23.947,50	R\$ 6.760,00	R\$ 127.207,50
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 24.279,00	R\$ 6.864,00	R\$ 128.943,00
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 6.516,02	R\$ 2.044,24	R\$ 34.113,26
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 289.466,02	R\$ 81.777,57	R\$ 1.537.463,26

Fonte: Elaborada pelo autor

Na tabela 22, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 1% (um por cento) de GIL RAT, mais Contribuições de Terceiros de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês. Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Os valores do PIS e COFINS são os mesmos da empresa Comercial Ltda e Industrial Ltda, conforme pode ser visualizado na tabela 235 da carga tributária total pelo Lucro Presumido, da empresa Serviço I Ltda.

Tabela 23 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido – Serviço I Ltda.

Total de Tributos pelo Lucro Presumido - Serviço I Ltda								
Mês	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	INSS	FGTS	ISS	Tributos Totais
Janeiro	-	-	1.319,50	6.090,00	24.831,50	7.037,33	6.090,00	45.368,33
Fevereiro	-	-	1.306,50	6.030,00	24.610,50	6.968,00	6.030,00	44.945,00
Março	41.840,00	17.222,40	1.261,00	5.820,00	23.837,00	6.725,33	5.820,00	102.525,73
Abril	-	-	1.261,00	5.820,00	23.837,00	6.725,33	5.820,00	43.463,33
Mai	-	-	1.215,50	5.610,00	23.063,50	6.482,67	5.610,00	41.981,67
Junho	38.800,00	16.128,00	1.163,50	5.370,00	22.179,50	6.205,33	5.370,00	95.216,33
Julho	-	-	1.176,50	5.430,00	22.400,50	6.274,67	5.430,00	40.711,67
Agosto	-	-	1.222,00	5.640,00	23.174,00	6.517,33	5.640,00	42.193,33
Setembro	38.960,00	16.185,60	1.254,50	5.790,00	23.726,50	6.690,67	5.790,00	98.397,27
Outubro	-	-	1.215,50	5.610,00	23.063,50	6.482,67	5.610,00	41.981,67
Novembro	-	-	1.267,50	5.850,00	23.947,50	6.760,00	5.850,00	43.675,00
Dezembro	40.400,00	16.704,00	1.287,00	5.940,00	24.279,00	6.864,00	5.940,00	101.414,00
Férias	-	-	-	-	6.516,02	2.044,24	-	8.560,26
TOTAL	160.000,00	66.240,00	14.950,00	69.000,00	289.466,02	81.777,57	69.000,00	750.433,59

Fonte: elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Lucro Presumido, a empresa Serviço I Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 750.433,59 (setecentos e cinqüenta mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinqüenta e nove centavos). Esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual dessa entidade.

3.4 SERVIÇO II LTDA (ANEXO IV)

A empresa Serviço II Ltda realiza construção de imóveis e obras de engenharia em geral, com faturamento anual de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

As atividades de prestação de serviços enquadradas no Anexo IV pagarão o INSS a cargo da empresa correspondente às alíquotas aplicáveis às demais empresas, sem incidência das contribuições de terceiros e do salário-educação. A contribuição previdenciária deve ser calculada e recolhida em separado, de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

3.4.1 Cálculos pelo Simples Nacional em 2009

Tabela 24 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço II Ltda.

Cálculo do Simples Nacional para 2009 – Serviço II Ltda				
Mês	Faturamento Mês	Faturamento Acumulado 12 meses	Alíquota	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 2.150.000,00	15,95%	R\$ 32.378,50
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 2.171.000,00	16,40%	R\$ 32.964,00
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 2.187.000,00	16,40%	R\$ 31.816,00
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 2.191.000,00	16,40%	R\$ 31.816,00
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 2.202.000,00	16,40%	R\$ 30.668,00
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 2.210.000,00	16,40%	R\$ 29.356,00
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 2.212.000,00	16,40%	R\$ 29.684,00
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 2.219.000,00	16,40%	R\$ 30.832,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 2.238.000,00	16,40%	R\$ 31.652,00
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 2.260.000,00	16,40%	R\$ 30.668,00
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 2.271.000,00	16,40%	R\$ 31.980,00
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 2.288.000,00	16,85%	R\$ 33.363,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	-	-	R\$ 377.177,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na tabela 24, as alíquotas para o cálculo do imposto pelo Simples Nacional foram encontradas através dos valores das somas dos últimos doze meses de faturamentos mensais.

A carga tributária da empresa Serviço II Ltda pelo regime tributário do Simples Nacional sobre o faturamento foi de R\$ 377.177,50 (trezentos e setenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e cinquenta centavos) durante os meses de janeiro a dezembro de 2009. Essa carga representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

Tabela 25 – Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 – Serviço II Ltda.

Cálculo da Folha Simples Nacional para 2009 - Serviço II Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 20.873,00	R\$ 7.037,33	R\$ 127.877,00
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 20.691,00	R\$ 6.968,00	R\$ 126.759,00
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 20.054,00	R\$ 6.725,33	R\$ 122.846,00
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 20.054,00	R\$ 6.725,33	R\$ 122.846,00
Maiο	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 19.417,00	R\$ 6.482,67	R\$ 118.933,00
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 18.689,00	R\$ 6.205,33	R\$ 114.461,00
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 18.871,00	R\$ 6.274,67	R\$ 115.579,00
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 19.508,00	R\$ 6.517,33	R\$ 119.492,00
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 19.963,00	R\$ 6.690,67	R\$ 122.287,00
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 19.417,00	R\$ 6.482,67	R\$ 118.933,00
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 20.145,00	R\$ 6.760,00	R\$ 123.405,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 20.418,00	R\$ 6.864,00	R\$ 125.082,00
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 5.366,13	R\$ 2.044,24	R\$ 32.963,37
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 243.466,13	R\$ 81.777,57	R\$ 1.491.463,37

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na tabela 25, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 21% (vinte e um por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 1% (um por cento) de GIL RAT sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês, sobre os pró-labore o percentual é de 20% (vinte por cento). Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Tabela 26 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço II Ltda.

Total de Tributos pelo Simples Nacional – Serviço II Ltda				
Mês	Simples Nacional	INSS Empresa	FGTS	Tributos Totais
Janeiro	R\$ 32.378,50	R\$ 20.873,00	R\$ 7.037,33	R\$ 60.288,83
Fevereiro	R\$ 32.964,00	R\$ 20.691,00	R\$ 6.968,00	R\$ 60.623,00
Março	R\$ 31.816,00	R\$ 20.054,00	R\$ 6.725,33	R\$ 58.595,33
Abril	R\$ 31.816,00	R\$ 20.054,00	R\$ 6.725,33	R\$ 58.595,33
Maiο	R\$ 30.668,00	R\$ 19.417,00	R\$ 6.482,67	R\$ 56.567,67
Junho	R\$ 29.356,00	R\$ 16.689,00	R\$ 6.205,33	R\$ 54.250,33
Julho	R\$ 29.684,00	R\$ 18.871,00	R\$ 6.274,67	R\$ 54.829,67
Agosto	R\$ 30.832,00	R\$ 19.508,00	R\$ 6.517,33	R\$ 56.857,33
Setembro	R\$ 31.652,00	R\$ 19.963,00	R\$ 6.690,67	R\$ 58.305,67
Outubro	R\$ 30.668,00	R\$ 19.417,00	R\$ 6.482,67	R\$ 56.567,67
Novembro	R\$ 31.980,00	R\$ 20.145,00	R\$ 6.760,00	R\$ 58.885,00
Dezembro	R\$ 33.363,00	R\$ 20.418,00	R\$ 6.864,00	R\$ 60.645,00
Férias	-	R\$ 5.366,13	R\$ 2.044,24	R\$ 7.410,37
TOTAL	R\$ 377.177,50	R\$ 243.466,13	R\$ 81.777,57	R\$ 702.421,20

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional, a empresa Serviço II Ltda, deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 702.421,20 (setecentos e dois mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos). Ressaltando que esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade.

3.4.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009

Tabela 27 – Cálculo do ISS para 2009 – Serviço II Ltda.

Cálculo do ISS para 2009 – Serviço II Ltda				
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	Alíquota ISS	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 203.000,00	3,00%	R\$ 6.090,00
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 201.000,00	3,00%	R\$ 6.030,00
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	3,00%	R\$ 5.820,00
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	3,00%	R\$ 5.820,00
Maio	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	3,00%	R\$ 5.610,00
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.000,00	3,00%	R\$ 5.370,00
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 181.000,00	3,00%	R\$ 5.430,00
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00	3,00%	R\$ 5.640,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 193.000,00	3,00%	R\$ 5.790,00
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	3,00%	R\$ 5.610,00
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00	3,00%	R\$ 5.850,00
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00	3,00%	R\$ 5.940,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00	-	R\$ 69.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor.

O imposto municipal ISS, foi calculado segundo alíquota fornecida pelo município de Florianópolis/SC, em conformidade com o Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003, que define a alíquota de 3,0% (três por cento) para serviços relativos à engenharia; arquitetura; geologia; urbanismo, construção civil e manutenção.

Tabela 28 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço II Ltda.

Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço II Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 25.975,07	R\$ 7.037,33	R\$ 126.212,40
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.742,80	R\$ 6.968,00	R\$ 125.110,80
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.929,87	R\$ 6.725,33	R\$ 121.255,20
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.929,87	R\$ 6.725,33	R\$ 121.255,20
Maiο	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.116,93	R\$ 6.482,67	R\$ 117.399,60
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.187,87	R\$ 6.205,33	R\$ 112.993,20
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 23.420,13	R\$ 6.274,67	R\$ 114.094,80
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 24.233,07	R\$ 6.517,33	R\$ 117.950,40
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.813,73	R\$ 6.690,67	R\$ 120.704,40
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 24.116,93	R\$ 6.482,67	R\$ 117.399,60
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.046,00	R\$ 6.760,00	R\$ 121.806,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 25.394,40	R\$ 6.864,00	R\$ 123.458,40
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 6.848,20	R\$ 2.044,24	R\$ 34.445,44
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 302.754,87	R\$ 81.777,57	R\$ 1.550.752,11

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na tabela 28, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 26,8% (vinte e seis vírgula oito por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 1% (um por cento) de GIL RAT, mais Contribuições de Terceiros de 5,8% (cinco vírgula oito por cento), sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês. Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Os valores do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS são os mesmos da empresa Serviço I Ltda, conforme tabela 29 da carga tributária total pelo Lucro Presumido, da empresa Serviço II Ltda.

Tabela 29 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Serviço II Ltda.

Total de Tributos pelo Lucro Presumido - Serviço II Ltda								
Mês	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	INSS	FGTS	ISS	Tributos Totais
Janeiro	-	-	1.319,50	6.090,00	25.975,07	7.037,33	6.090,00	46.511,90
Fevereiro	-	-	1.306,50	6.030,00	25.742,80	6.968,00	6.030,00	46.077,30
Março	41.840,00	17.222,40	1.261,00	5.820,00	24.929,87	6.725,33	5.820,00	103.618,60
Abril	-	-	1.261,00	5.820,00	24.929,87	6.725,33	5.820,00	44.556,20
Maiο	-	-	1.215,50	5.610,00	24.116,93	6.482,67	5.610,00	43.035,10
Junho	38.800,00	16.128,00	1.163,50	5.370,00	23.187,87	6.205,33	5.370,00	96.224,70
Julho	-	-	1.176,50	5.430,00	23.420,13	6.274,67	5.430,00	41.731,30
Agosto	-	-	1.222,00	5.640,00	24.233,07	6.517,33	5.640,00	43.252,40
Setembro	38.960,00	16.185,60	1.254,50	5.790,00	24.813,73	6.690,67	5.790,00	99.484,50
Outubro	-	-	1.215,50	5.610,00	24.116,93	6.482,67	5.610,00	43.035,10
Novembro	-	-	1.267,50	5.850,00	25.046,00	6.760,00	5.850,00	44.773,50
Dezembro	40.400,00	16.704,00	1.287,00	5.940,00	25.394,40	6.864,00	5.940,00	102.529,40
Férias	-	-	-	-	6.848,20	2.044,24	-	8.892,44
TOTAL	160.000,00	66.240,00	14.950,00	69.000,00	302.754,87	81.777,57	69.000,00	763.722,44

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Lucro Presumido, a empresa Serviço II Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 763.722,44 (setecentos e sessenta e três mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos). Esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade.

3.5 SERVIÇO III LTDA (ANEXO V)

A empresa de Serviço III Ltda é uma academia de atividades físicas e de natação, com faturamento anual de R\$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais).

Para as empresas que se enquadrem no Anexo V, deverá ser apurada uma relação entre a folha de salários e o faturamento bruto dos últimos doze meses, na hipótese em que “r” seja maior ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta).

3.5.1 Situação A Cálculos pelo Simples Nacional. Fator ($r \geq 0,40$)

Para efeito de aplicação do fator “r”, considera-se folha de salários e retiradas de pró-labore, acrescidos do montante efetivamente recolhido a título de contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Considerando que os valores da folha de pagamento em 2008, incluindo a despesa com o FGTS e o Pró-Labore, reduziram 30% (trinta por cento) em relação a 2009. Os valores da folha acumulada dos últimos 12 meses resultou na apuração demonstrada na tabela 30, conseqüentemente os valores do fator “r” ficaram acima de 0,40 (zero vírgula quarenta) o que levou a, com a soma da alíquota de ISS do anexo IV do Simples Nacional, as alíquotas constantes a seguir:

Tabela 30 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço II Ltda. Fator ($r \geq 0,40$)

Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço III Ltda. Fator ($r \geq 0,40$)						
Mês	Faturamento Acum. 12 meses	Folha Pagto Acum. 12 meses	Relação “r”	Alíquota	Faturamento Mês	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 2.150.000,00	R\$ 1.161.389,64	R\$ 0,54	21,51%	R\$ 203.000,00	R\$ 43.665,30
Fevereiro	R\$ 2.171.000,00	R\$ 1.171.390,04	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 201.000,00	R\$ 43.194,90
Março	R\$ 2.187.000,00	R\$ 1.180.454,44	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 194.000,00	R\$ 41.690,60
Abril	R\$ 2.191.000,00	R\$ 1.186.242,84	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 194.000,00	R\$ 41.690,60
Maio	R\$ 2.202.000,00	R\$ 1.194.084,59	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 187.000,00	R\$ 40.186,30
Junho	R\$ 2.210.000,00	R\$ 1.197.197,20	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 179.000,00	R\$ 38.467,10
Julho	R\$ 2.212.000,00	R\$ 1.195.965,60	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 181.000,00	R\$ 38.896,90
Agosto	R\$ 2.219.000,00	R\$ 1.195.670,00	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 188.000,00	R\$ 40.401,20
Setembro	R\$ 2.238.000,00	R\$ 1.198.650,40	R\$ 0,54	21,49%	R\$ 193.000,00	R\$ 41.475,70
Outubro	R\$ 2.260.000,00	R\$ 1.203.970,80	R\$ 0,53	21,49%	R\$ 187.000,00	R\$ 40.186,30
Novembro	R\$ 2.271.000,00	R\$ 1.206.483,20	R\$ 0,53	21,49%	R\$ 195.000,00	R\$ 41.905,50
Dezembro	R\$ 2.288.000,00	R\$ 1.212.739,60	R\$ 0,53	22,18%	R\$ 198.000,00	R\$ 43.916,40
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 2.300.000,00	R\$ 495.676,80

Fonte: Elaborada pelo autor.

O montante de R\$ 495.676,80 (quatrocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), representa a alíquota do anexo V para quando o fator “r” é maior ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta) mais o percentual

de ISS do Anexo IV. Esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

Tabela 31 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço III Ltda. Fator ($r \geq 0,40$).

Total de Tributos pelo Simples Nacional Serviço III Ltda. Fator ($r \geq 0,40$)			
Mês	Simples Nacional	FGTS	Tributo Totais
Janeiro	R\$ 43.665,30	R\$ 7.037,33	R\$ 50.702,63
Fevereiro	R\$ 43.194,90	R\$ 6.968,00	R\$ 50.162,90
Março	R\$ 41.690,60	R\$ 6.725,33	R\$ 48.415,93
Abril	R\$ 41.690,60	R\$ 6.725,33	R\$ 48.415,93
Maio	R\$ 40.186,30	R\$ 6.482,67	R\$ 46.668,97
Junho	R\$ 38.467,10	R\$ 6.205,33	R\$ 44.672,43
Julho	R\$ 38.896,90	R\$ 6.274,67	R\$ 45.171,57
Agosto	R\$ 40.401,20	R\$ 6.517,33	R\$ 46.918,53
Setembro	R\$ 41.475,70	R\$ 6.690,67	R\$ 48.166,37
Outubro	R\$ 40.186,30	R\$ 6.482,67	R\$ 46.668,97
Novembro	R\$ 41.905,50	R\$ 6.760,00	R\$ 48.665,50
Dezembro	R\$ 43.916,40	R\$ 6.864,00	R\$ 50.780,40
Férias	-	R\$ 2.044,24	R\$ 2.044,24
TOTAL	R\$ 495.676,80	R\$ 81.777,57	R\$ 577.454,37

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional com o fator “r” maior ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta), a empresa Serviço II Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 577.454,37 (quinhentos e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos). Ressaltando que esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

3.5.1 Situação B Cálculos pelo Simples Nacional. Fator ($r \leq 0,40$)

Considerando que os valores da folha de pagamento em 2008, incluindo a despesa com o FGTS e o Pró-Labore, reduziram 40% (trinta por cento) em relação a 2009. Os valores da folha acumulada dos últimos 12 meses ficaram conforme a tabela abaixo, conseqüentemente os valores do fator “r” ficaram abaixo de 0,40 (zero vírgula quarenta) o que levou a, com a soma da alíquota de ISS do anexo IV do Simples Nacional, as alíquotas constantes a seguir:

Tabela 32 – Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço III Ltda. Fator ($r \leq 0,40$)

Cálculo do Simples Nacional para 2009 - Serviço III Ltda. Fator ($r \leq 0,40$)						
Mês	Faturamento Acum. 12 meses	Folha Pagto Acum. 12 meses	Relação “r”	Alíquota	Faturamento Mês	Valor do Simples
Janeiro	R\$ 2.150.000,00	R\$ 802.373,33	R\$ 0,37	22,32%	R\$ 203.000,00	R\$ 45.309,60
Fevereiro	R\$ 2.171.000,00	R\$ 810.993,33	R\$ 0,37	22,21%	R\$ 201.000,00	R\$ 44.642,10
Março	R\$ 2.187.000,00	R\$ 819.613,33	R\$ 0,37	22,21%	R\$ 194.000,00	R\$ 43.087,40
Abril	R\$ 2.191.000,00	R\$ 828.233,33	R\$ 0,38	22,21%	R\$ 194.000,00	R\$ 43.087,40
Maiο	R\$ 2.202.000,00	R\$ 836.853,33	R\$ 0,38	22,21%	R\$ 187.000,00	R\$ 41.532,70
Junho	R\$ 2.210.000,00	R\$ 845.473,33	R\$ 0,38	22,21%	R\$ 179.000,00	R\$ 39.755,90
Julho	R\$ 2.212.000,00	R\$ 854.093,33	R\$ 0,39	22,21%	R\$ 181.000,00	R\$ 40.200,10
Agosto	R\$ 2.219.000,00	R\$ 862.713,33	R\$ 0,39	22,21%	R\$ 188.000,00	R\$ 41.754,80
Setembro	R\$ 2.238.000,00	R\$ 871.333,33	R\$ 0,39	22,21%	R\$ 193.000,00	R\$ 42.865,30
Outubro	R\$ 2.260.000,00	R\$ 879.953,33	R\$ 0,39	22,21%	R\$ 187.000,00	R\$ 41.532,70
Novembro	R\$ 2.271.000,00	R\$ 888.573,33	R\$ 0,39	22,21%	R\$ 195.000,00	R\$ 43.309,50
Dezembro	R\$ 2.288.000,00	R\$ 897.193,33	R\$ 0,39	22,50%	R\$ 198.000,00	R\$ 44.550,00
TOTAL	-	-	-	-	R\$ 2.300.000,00	R\$ 511.627,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

O montante de R\$ 511.627,50 (quinhentos e onze mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos), representa a alíquota do anexo V para quando o fator “r” é menor ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta) mais o percentual de ISS do Anexo IV.

Tabela 33 – Total de Tributos pelo Simples Nacional para 2009 – Serviço III Ltda. Fator ($r \leq 0,40$).

Total de Tributos pelo Simples Nacional Serviço III Ltda. Fator ($r \leq 0,40$)			
Mês	Simples Nacional	FGTS	Tributo Totais
Janeiro	R\$ 45.309,60	R\$ 7.037,33	R\$ 52.346,93
Fevereiro	R\$ 44.642,10	R\$ 6.968,00	R\$ 51.610,10
Março	R\$ 43.087,40	R\$ 6.725,33	R\$ 49.812,73
Abril	R\$ 43.087,40	R\$ 6.725,33	R\$ 49.812,73
Maio	R\$ 41.532,70	R\$ 6.482,67	R\$ 48.015,37
Junho	R\$ 39.755,90	R\$ 6.205,33	R\$ 45.961,23
Julho	R\$ 40.200,10	R\$ 6.274,67	R\$ 46.474,77
Agosto	R\$ 41.754,80	R\$ 6.517,33	R\$ 48.272,13
Setembro	R\$ 42.865,30	R\$ 6.690,67	R\$ 49.555,97
Outubro	R\$ 41.532,70	R\$ 6.482,67	R\$ 48.015,37
Novembro	R\$ 43.309,50	R\$ 6.760,00	R\$ 50.069,50
Dezembro	R\$ 44.550,00	R\$ 6.864,00	R\$ 51.414,00
Férias	-	R\$ 2.044,24	R\$ 2.044,24
TOTAL	R\$ 511.627,50	R\$ 81.777,57	R\$ 593.405,07

Fonte: Elaborada pelo autor.

Através da opção pelo Simples Nacional com o fator “r” menor ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta), a empresa Serviço III Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 593.405,07 (quinhentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinco reais e sete centavos). Ressaltando que esse total representa toda a carga tributária Federal e Estadual e Municipal dessa entidade, incluindo a carga previdenciária.

3.5.2 Cálculos pelo Lucro Presumido em 2009

Tabela 34 – Cálculo do ISS para 2009 - Serviço III Ltda.

Cálculo do ISS para 2009 – Serviço III Ltda				
Mês	Receita Bruta	Base de Cálculo	Alíquota ISS	TOTAL
Janeiro	R\$ 203.000,00	R\$ 203.000,00	5,00%	R\$ 10.150,00
Fevereiro	R\$ 201.000,00	R\$ 201.000,00	5,00%	R\$ 10.050,00
Março	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	5,00%	R\$ 9.700,00
Abril	R\$ 194.000,00	R\$ 194.000,00	5,00%	R\$ 9.700,00
Maiο	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	5,00%	R\$ 9.350,00
Junho	R\$ 179.000,00	R\$ 179.000,00	5,00%	R\$ 8.950,00
Julho	R\$ 181.000,00	R\$ 181.000,00	5,00%	R\$ 9.050,00
Agosto	R\$ 188.000,00	R\$ 188.000,00	5,00%	R\$ 9.400,00
Setembro	R\$ 193.000,00	R\$ 193.000,00	5,00%	R\$ 9.650,00
Outubro	R\$ 187.000,00	R\$ 187.000,00	5,00%	R\$ 9.350,00
Novembro	R\$ 195.000,00	R\$ 195.000,00	5,00%	R\$ 9.750,00
Dezembro	R\$ 198.000,00	R\$ 198.000,00	5,00%	R\$ 9.900,00
TOTAL	R\$ 2.300.000,00	R\$ 2.300.000,00	-	R\$ 115.000,00

Fonte: Elaborada pelo autor

O imposto municipal ISS, foi calculado segundo alíquota fornecida pelo município de Florianópolis/SC, em conformidade com o Decreto nº. 2.154 de 29/12/2003, a alíquota de 5,0% (cinco por cento) para esse tipo de empresa.

Tabela 35 – Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço III Ltda.

Cálculo da Folha Lucro Presumido para 2009 – Serviço III Ltda						
Mês	Salários	13º Salário	Pró-labore	INSS Empresa	FGTS	Total Folha + Encargos
Janeiro	R\$ 81.200,00	R\$ 6.766,67	R\$ 12.000,00	R\$ 23.106,00	R\$ 7.037,33	R\$ 129.568,67
Fevereiro	R\$ 80.400,00	R\$ 6.700,00	R\$ 12.000,00	R\$ 22.902,00	R\$ 6.968,00	R\$ 128.434,00
Março	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 22.188,00	R\$ 6.725,33	R\$ 124.462,67
Abril	R\$ 77.600,00	R\$ 6.466,67	R\$ 12.000,00	R\$ 22.188,00	R\$ 6.725,33	R\$ 124.462,67
Mai	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 21.474,00	R\$ 6.482,67	R\$ 120.491,33
Junho	R\$ 71.600,00	R\$ 5.966,67	R\$ 12.000,00	R\$ 20.658,00	R\$ 6.205,33	R\$ 115.952,67
Julho	R\$ 72.400,00	R\$ 6.033,33	R\$ 12.000,00	R\$ 20.862,00	R\$ 6.274,67	R\$ 117.087,33
Agosto	R\$ 75.200,00	R\$ 6.266,67	R\$ 12.000,00	R\$ 21.576,00	R\$ 6.517,33	R\$ 121.058,67
Setembro	R\$ 77.200,00	R\$ 6.433,33	R\$ 12.000,00	R\$ 22.086,00	R\$ 6.690,67	R\$ 123.895,33
Outubro	R\$ 74.800,00	R\$ 6.233,33	R\$ 12.000,00	R\$ 21.474,00	R\$ 6.482,67	R\$ 120.491,33
Novembro	R\$ 78.000,00	R\$ 6.500,00	R\$ 12.000,00	R\$ 22.290,00	R\$ 6.760,00	R\$ 125.030,00
Dezembro	R\$ 79.200,00	R\$ 6.600,00	R\$ 12.000,00	R\$ 22.596,00	R\$ 6.864,00	R\$ 126.732,00
Férias	R\$ 25.553,00	-	-	R\$ 6.516,02	R\$ 2.044,24	R\$ 34.113,26
TOTAL	R\$ 945.553,00	R\$ 76.666,67	R\$ 144.000,00	R\$ 269.916,02	R\$ 81.777,57	R\$ 1.517.913,26

Fonte: Elaborada pelo autor

Na tabela 35, são demonstrados os valores da folha de pagamento, mais o décimo terceiro salário e as férias proporcionais dos meses de janeiro a dezembro de 2009.

Os valores de INSS foram calculados no percentual de 25,5% (vinte e cinco vírgula cinco por cento), correspondente ao percentual da empresa de 20% (vinte por cento), mais 1% (um por cento) de GIL RAT, e as Contribuições de Terceiros de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), sobre o montante de salários acrescentados ao décimo terceiro proporcional de cada mês. Os valores de FGTS demonstrados correspondem ao percentual de 8% (oito por cento).

Os valores do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS são os mesmos da empresa Serviço I Ltda, conforme pode ser visualizado na tabela 36 da carga tributária total pelo Lucro Presumido, da empresa Serviço III Ltda.

Tabela 36 – Total de Tributos pelo Lucro Presumido para 2009 – Serviço III Ltda.

Total de Tributos pelo Lucro Presumido - Serviço III Ltda								
Mês	IRPJ	CSLL	PIS	COFINS	INSS	FGTS	ISS	Tributos Totais
Janeiro	-	-	1.319,50	6.090,00	23.106,00	7.037,33	10.150,00	47.702,83
Fevereiro	-	-	1.306,50	6.030,00	22.902,00	6.968,00	10.050,00	47.256,50
Março	41.840,00	17.222,40	1.261,00	5.820,00	22.188,00	6.725,33	9.700,00	104.756,73
Abril	-	-	1.261,00	5.820,00	22.188,00	6.725,33	9.700,00	45.694,33
Mai	-	-	1.215,50	5.610,00	21.474,00	6.482,67	9.350,00	44.132,17
Junho	38.800,00	16.128,00	1.163,50	5.370,00	20.658,00	6.205,33	8.950,00	97.274,83
Julho	-	-	1.176,50	5.430,00	20.862,00	6.274,67	9.050,00	42.793,17
Agosto	-	-	1.222,00	5.640,00	21.576,00	6.517,33	9.400,00	44.355,33
Setembro	38.960,00	16.185,60	1.254,50	5.790,00	22.086,00	6.690,67	9.650,00	100.616,77
Outubro	-	-	1.215,50	5.610,00	21.474,00	6.482,67	9.350,00	44.132,17
Novembro	-	-	1.267,50	5.850,00	22.290,00	6.760,00	9.750,00	45.917,50
Dezembro	40.400,00	16.704,00	1.287,00	5.940,00	22.596,00	6.864,00	9.900,00	103.691,00
Férias	-	-	-	-	6.516,02	2.044,24	-	8.560,26
TOTAL	160.000,00	66.240,00	14.950,00	69.000,00	269.916,02	81.777,57	115.000,00	776.883,59

Fonte: Elaborada pelo autor

Através da opção pelo Lucro Presumido, a empresa Serviço III Ltda deverá desembolsar, a título de tributos, o montante de R\$ 776.883,59 (setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta e nove centavos). Esse total representa toda a carga tributária Federal, Estadual e Municipal dessa entidade.

3.6 COMPARAÇÃO ENTRE LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

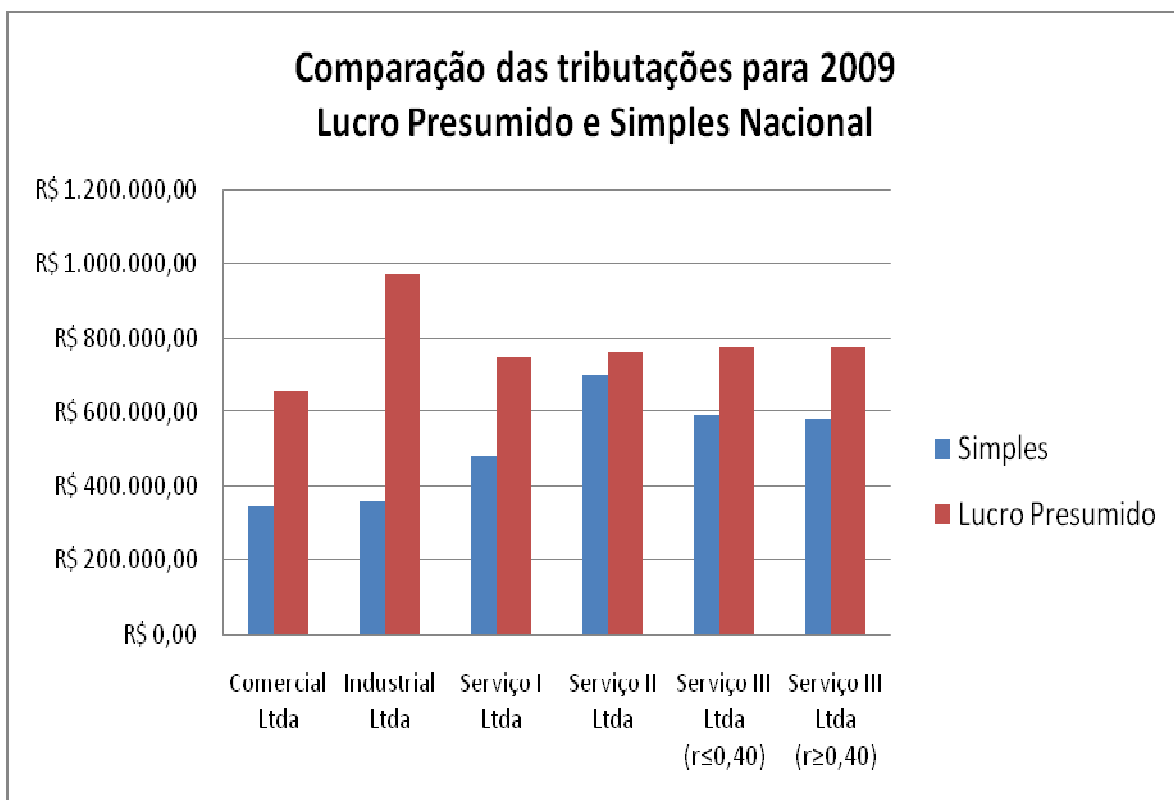
A partir dos cálculos projetados, elaborou-se uma comparação entre as duas formas de tributação abordados por esse estudo. Segue comparação da projeção dos cálculos para os anos de 2009:

Tabela 37 – Comparação das tributações para o ano de 2009.

COMPARAÇÃO DAS TRIBUTAÇÕES PARA 2009 Lucro Presumido e Simples Nacional					
EMPRESA	Fator “r”	Simples Nacional	Lucro Presumido	Diferença à Menor Simples Nacional	Economia
Comercial Ltda	-	R\$ 346.522,87	R\$ 660.232,04	R\$ 313.709,17	47,51%
Industrial Ltda	-	R\$ 358.022,87	R\$ 973.396,04	R\$ 615.373,16	63,22%
Serviço I Ltda	-	R\$ 479.000,37	R\$ 750.433,59	R\$ 271.433,22	36,17%
Serviço II Ltda	-	R\$ 702.421,20	R\$ 763.722,44	R\$ 61.301,24	8,03%
Serviço III Ltda	($r \leq 0,40$)	R\$ 593.405,07	R\$ 776.883,59	R\$ 183.478,52	25,67%
Serviço III Ltda	($r > 0,40$)	R\$ 577.454,37	R\$ 776.883,59	R\$ 199.429,22	23,62%

Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela 37 confirma que para as empresas em estudo a opção pelo Simples Nacional é mais econômica para o ano de 2009. Os valores que as empresas vão poder economizar optando por esta modalidade de tributação estão entre R\$ 61.301,24 (sessenta e um mil, trezentos e um reais e vinte e quatro centavos) para a empresa Serviço I Ltda a R\$ 615.373,16 (seiscentos e quinze mil, trezentos e setenta e três reais e dezesseis centavos) para a empresa Industrial Ltda.



Portanto, chega-se a conclusão final de que a melhor opção de sistema de tributação a ser feita pelas empresas em questão é o Simples Nacional, por representar a opção mais econômica para o ano de 2009.

Cabe destacar que o presente estudo é válido, permanecendo inalteradas o perfil da empresa e as Leis tributárias Brasileiras, pois na hipótese de surgirem novas alterações no Simples Nacional, ou se o perfil das empresas for alterado, este estudo pode perder sua validade.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O Planejamento Tributário é uma grande ferramenta para a sobrevivência das organizações no mundo dos negócios, considerando este contexto, este trabalho monográfico teve por objetivo analisar e demonstrar a aplicabilidade da Lei do Simples Nacional e do Lucro Presumido, com vistas identificar a forma de tributação mais econômica, dentro das determinações legais, para as MPE do ramo de comércio, indústria e de serviços constantes em todos os anexos do Simples Nacional. Para atingir este objetivo realizou-se um estudo multicase para reforçar e comprovar esse aspecto, verificando qual a opção mais econômica em termos tributários entre o Simples Nacional ou o Lucro Presumido.

Primeiramente efetuou-se uma revisão de literatura para melhor compreender os conceitos relacionados ao tema, os quais são demonstrado na parte da fundamentação teórica, principalmente através da legislação pertinente, focando na maneira como são realizados seus cálculos. Nessa etapa do trabalho, inicialmente, abordou-se o sistema de tributação do Simples Nacional, com as formas de efetuar seus cálculos e apresentando algumas diferenças com o Lucro Presumido, que foi abordado posteriormente, onde foram apresentados os impostos envolvidos nesse tipo de tributação individualmente.

Foram analisados os tributos incidentes sobre o faturamento das empresas, e sobre a folha de pagamento, visto que, entre as duas formas de tributação analisadas, existem diferenças no valor devido para a Seguridade Social (INSS) correspondente à parte da empresa sobre a folha mensal.

Com a realização deste estudo, com cálculos sobre os valores projetados, chegou-se a conclusão final de que a opção menos onerosa em termos tributários para as empresas em estudo é o Simples Nacional, representando uma economia em 2009 de 47,51% (quarenta e sete vírgula cinqüenta e um por cento) para a empresa Comercial Ltda; 63,22% (sessenta e três vírgula vinte e dois por cento) para a empresa Industrial Ltda; 36,17% (trinta e seis vírgula dezessete por cento) para a empresa Serviço I Ltda; 8,03% (oito vírgula zero três por cento) para a empresa Serviço II Ltda; 25,67% (vinte e cinco vírgula sessenta e sete por cento) para empresa Serviço III com o fator “r” maior ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta)

e 23,62% (vinte e três vírgula sessenta e dois por cento) para a empresa Serviço III Ltda quando o fator “r” for menor ou igual a 0,40 (zero vírgula quarenta).

Vale ressaltar a importância de um Planejamento Tributário constante e adequado ao perfil de cada empresa. Pois de nada adianta realizar um planejamento de uma empresa para adequá-la a forma de tributação menos onerosa, e continuar com aquela opção por toda a existência da empresa sem constatar a sua eficácia ao longo do tempo.

A constante alteração na legislação tributária brasileira requer que um novo planejamento tributário seja realizado anualmente, sendo esta a principal sugestão deixada aos empresários.

Por fim, como resultado final, com as análises realizadas no capítulo 3 deste trabalho, pode-se responder ao problema inicial desta pesquisa: para as empresas em estudo que o modelo de tributação Simples Nacional é o que apresenta maior vantagem para o ano de 2009.

REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas 2004.

BOLETIM COAD. **Supersimples**. Suplemento Especial. 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez, 2006. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao>> Acesso em 02 junho de 2008.

_____. **Decreto nº. 3000 de março de 1999**. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. Disponível em:
<http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/bingos/legislacao/Leg_04.pdf> Acesso em 05 de junho de 2008.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário da União**, Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <
<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5172.htm>> Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 8. 029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Disponível em: <
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/104130/lei-8029-90>> Acesso em: 26 jun. 2009.

_____. Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990. Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <
<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8137>> Acesso em: 26. jun. 2009.

_____. Lei nº. 8.981, de 20 de janeiro de 1995. Altera a Legislação Tributária Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jan. 1995. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1995. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109277/lei-9249-95>> Acesso em : 26 jun. 2009

_____. Lei nº. 9.317, de 5 de dezembro de 1996. Regulamento da Microempresa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 dez. 1996. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. Lei nº. 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a Legislação Tributária Federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1996. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. Lei nº. 9.718, de 27 de novembro de 1998. Altera a Legislação Tributária Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 nov. 1998. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

_____. Lei nº. 9.732, de 11 de dezembro de 1998. Altera dispositivos das Leis nºs. 8.212 e 8.213, ambos de 24 de julho de 1991, da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 dez. 1998. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 de jan. 2002. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. Lei nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a não-cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2002. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Leis>> Acesso em: 02 jun. 2008.

_____. Lei nº. 10.684, de 30 de maio de 2003. Altera a Legislação Tributária. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 maio 2003. Disponível em: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao>> Acesso em: 04 jun. 2008.

_____. Medida provisória nº 1858-10, de 26 de outubro de 1999. Altera a legislação das contribuições para a seguridade social - COFINS, para os programas de integração social e de formação de patrimônio do servidor público - PIS/PASEP e

de imposto sobre a renda, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 out. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/MPV/Antigas/1858-10.htm>> Acesso em: 26 jun. 2009.

CAMPOS, Candido Henrique de. **Planejamento tributário**: imposto de renda, pessoas jurídicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1987. 232 p.

CONSTÂNCIO, Edemilson Valdeci. **Análise do regime tributário federal menos oneroso para uma empresa prestadora de serviços contábeis no Brasil, em 2005**. Florianópolis: UFSC, 2005.

FLORIANÓPOLIS. Decreto municipal nº 2.154, de 23 de dezembro de 2003. Aprova o regulamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza. – RISQN e dá outras providências. **Secretaria da Receita**, Florianópolis, SC, 23 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/receita/paginas/decretodeaprovacao.php>> Acesso em: 26 jun. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. e. São Paulo: Atlas, 2002.

HARADA, Kiyoshi. **Sistema tributário na Constituição de 1988**. Curitiba: Juruá, 2006. 384p.

IOB: manual de procedimentos. São Paulo: IOB, 2005.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo, Atlas: 1977.

LATORRACA, Nilton. **Direito tributário**: imposto de renda das empresas. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso**. São Paulo, Atlas: 2000.

SOUZA NEVES, Luís Fernando. **Cofins**: contribuição social sobre o faturamento. São Paulo: Max Limonad, 1997. 154 p.

OLIVEIRA, Luís Martins et. al. **Manual de contabilidade tributária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.